

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

MARINALBA DOS SANTOS SILVA

VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA  
CULTURA DA BRANQUITUDE

Em Porto Velho, 31 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

MARINALBA DOS SANTOS SILVA

VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA  
CULTURA DA BRANQUITUDE

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em  
Letras, como exigência parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Letras pela Universidade Federal  
de Rondônia.

Orientador: Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha  
Coorientador: Professor Dr. Claudemir da Silva Paula

Em Porto Velho, 31 de maio de 2022.

MARINALBA DOS SANTOS SILVA

VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA  
CULTURA DA BRANQUITUDE

Porto Velho, Rondônia, 31 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha, Presidente  
(Universidade Federal de Rondônia)

Professor Dr. Claudemir da Silva Paula, coorientador  
(Universidade Federal de Rondônia)

Professor Dr. João Carlos Gomes, membro interno  
(Universidade Federal de Rondônia)

Professora Dra. Walnice Aparecida Matos Vilalva, membra externa  
(Universidade do Estado de Mato Grosso)

Professora Dr. Sonia Maria Gomes Sampaio, membra suplente  
(Universidade Federal de Rondônia)

Dedico esta Dissertação à memória de todos os meus ancestrais, aqueles e aquelas que vieram antes de mim, performando resistências e preparando o caminho para que eu pudesse chegar até aqui!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força em todos os momentos dessa trajetória, sim, foi a fé nele, que me tornou resiliente, aos meus filhos e esposo pela paciência e compreensão.

Ao meu orientador, Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha, por sua contribuição, por acreditar e me incentivar, por sua imprescindível orientação nesse momento tão difícil em que todos estamos ainda passando em relação à pandemia, exemplo o qual levarei para sempre como inspiração.

À família e aos amigos pelas palavras confortantes de motivação, pela compreensão, quando eu a devida atenção a cada um e por todos os momentos de ajuda para esta concretização.

Aos professores que compõem o Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia, por ter nos oportunizado excelentes aulas, vitais para este processo de escrita, minha eterna gratidão pela solicitude com que sempre atenderam meus pedidos de socorro.

A minha grande amiga que tive o privilégio de conhecer na graduação Roziane Jordão, à qual sou imensamente grata.

Aos colegas de turma em especial ao Flávio Mesquita, que foi quem me apoiou com os trabalhos em sala, e na publicação de artigo científico, além de ser meu confidente durante toda essa jornada, que Deus sempre o ilumine, e os demais não menos importantes como: Cleonice Miranda, Andressa Rodrigues e Aldízio Lira.

Ao Grupo de Pesquisa Filologia e Modernidades, do qual faço parte, eterna gratidão.

Aos demais discentes da turma 2019 do Mestrado em Letras, pessoas maravilhosas que contribuíram com as suas experiências e a troca de conhecimento.

Aos membros da Banca, Professor Dr. João Carlos Gomes, Dra. Walnice Aparecida Matos Vilalva e Dra. Sonia Maria Gomes Sampaio, pela aceitação de arrostar conosco os desafios para o meu crescimento e o desenvolvimento final desta dissertação.

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela

A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade

(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2008, p. 32).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

S586v Silva, Marinalba.

Vozes da negritude em confronto com o racismo presente na cultura da branquitude / Marinalba Silva. -- Porto Velho, RO, 2022.

92 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Júlio César Barreto Rocha

Coorientador(a): Prof. Dr. Claudemir da Silva Paula.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Cultura. 2. Negritude. 3.Branquitude. 4.Equidade social. 5.Método político-cultural. I. Rocha, Júlio César Barreto. II. Título.

CDU 81:32

---

Bibliotecário(a) Cristiane Marina Teixeira Girard

CRB 11/897



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
MESTRADO EM LETRAS

### LISTA DE VERIFICAÇÃO

**MARINALBA DOS SANTOS SILVA**

**VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA CULTURA DA BRANQUITUDE**

Dissertação apresentada em 31 de maio de 2022 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

#### BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha, Presidente da Banca e Orientador (UNIR);

Professor Dr. João Carlos Gomes, Membro Interno ao Programa (UNIR);

Professora Dra. Sonia Maria Gomes Sampaio, Membro Interno ao Programa (UNIR);

Professor Dr. Claudemir da Silva Paula, Membro Externo ao Programa (UNIR);

Professora Dra. Walnice Aparecida Matos Vilalva, Membro Externo (UNEMAT);



Documento assinado eletronicamente por SONIA MARIA GOMES SAMPAIO, Docente, em 23/02/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS GOMES, Docente, em 23/02/2023, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por CLAUDEMIR DA SILVA PAULA, Usuário Externo, em 24/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por walnice aparecida matos vilalva, Usuário Externo, em 27/03/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR BARRETO ROCHA, Docente, em 28/03/2023, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



## VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA CULTURA DA BRANQUITUDE

**RESUMO:** A cultura é um espaço conspícuo para detectar o atual confronto entre a Branquitude e vozes da Negritude. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental que refletimos sobre a sociedade brasileira, contando com algumas das novas terminologias discursivas sobre racismo e sobre a busca de alcançar cada vez maior equidade social. Entre três dezenas de autorias analíticas do assunto, este trabalho considera o embate crítico, a partir de um método político-cultural, querendo identificar o avanço da Negritude iniciando da própria vivência da autora, recolhendo historicamente algumas vozes reputadas como representativas, desde o século XIX, tais como Castro Alves, Joaquim Nabuco e Aluísio Azevedo, bem como, no século XX, Gilberto Freyre e o olhar de Carolina Maria de Jesus de *Quarto de Despejo*, contando ainda com a postura teórica e narrativa de Conceição Evaristo, no século XXI. Os procedimentos analíticos voltam-se a uma concepção de língua e de literatura como prática social, com base em ideais de Cultura como um todo de Terry Eagleton. Nas análises dos autores citados, a Branquitude foi identificada como sujeito coletivo da defesa de uma situação de diferenciação que deseja preservar direitos discriminatórios que permitiram, em última instância, a defesa do chamado “supremacismo branco”, contra o qual se insurge a Negritude, que luta pela defesa do equilíbrio social. Reconhecido o empenho político e cultural na construção de normativas antirracistas, falta a consecução de solidez no seio da sociedade para a quebra do racismo estrutural.

**Palavras-chave:** Cultura. Negritude. Branquitude. Equidade social. Método político-cultural.

## VOCES DE LA NEGRITUD ANTE EL RACISMO PRESENTE EN LA CULTURA DE LA BLANQUITUD

**RESUMEN:** La cultura es un espacio conspicuo para detectar el enfrentamiento actual entre las voces de la Blanquitud y de la Negritud. Con base en una investigación bibliográfica y documental, reflexionamos sobre la sociedad brasileña, apoyándonos en algunas de las nuevas terminologías discursivas sobre el racismo y sobre la búsqueda por alcanzar cada vez mayor equidad social. Entre tres decenas de autores analíticos sobre el tema, este trabajo considera el choque crítico, desde un método político-cultural, queriendo identificar el avance de la Negritud a partir de la propia experiencia de la autora, recogiendo históricamente algunas voces que puedan ser representativas, desde el siglo XIX, como Castro Alves, Joaquim Nabuco y Aluísio Azevedo, así como, en el siglo XX, Gilberto Freyre y la mirada de Carolina Maria de Jesus de *Quarto de Despejo*, contando también con la postura teórica y narrativa de Conceição Evaristo, en el siglo XXI. Los procedimientos analíticos giran hacia una concepción de la lengua y de la literatura como una práctica social basada en los ideales de Cultura, según los textos de Terry Eagleton. En los análisis de los citados autores, se identificó a la Blanquitud como sujeto colectivo en defensa de una situación de diferenciación que quiere preservar derechos discriminatorios que finalmente permitieron la defensa del llamado “supremacismo blanco”, contra el cual se levanta la Negritud, que lucha por la defensa del equilibrio social. Reconociendo el compromiso político y cultural en la construcción de normas antirracistas, hace falta buscar, y aquí se intenta, una mayor solidez en la sociedade, para romper el racismo estructural.

**Palabras clave:** Cultura. Negritud. Blanquitud. Igualdad social. Método político-cultural.

## VOICES OF BLACKNESS IN CONFRONTATION WITH RACISM PRESENT IN THE CULTURE OF WHITENESS

**ABSTRACT:** Culture is a conspicuous space to detect the current confrontation between Whiteness and Blackness voices. Based on a bibliographical and documentary research, we reflect on Brazilian society, relying on some of the new discursive terminologies on racism and on the quest to achieve greater and greater social equity. Among three dozen analytical authors on the subject, this work considers the critical clash, from a political-cultural method, wanting to identify the advance of Negritude starting from the author's own experience, historically collecting some voices reputed to be representative, since the 19th century. , such as Castro Alves, Joaquim Nabuco and Aluísio Azevedo, as well as, in the 20th century, Gilberto Freyre and the look of Carolina Maria de Jesus from *Quarto de Despejo*, also counting on the theoretical and narrative posture of Conceição Evaristo, in the 21st century. The analytical procedures turn to a conception of language and literature as a social practice, based on Terry Eagleton's ideals of Culture as a whole. In the analyzes of the aforementioned authors, Whiteness was identified as a collective subject in the defense of a situation of differentiation that wants to preserve discriminatory rights that ultimately allowed the defense of the so-called “white supremacism”, against which Blackness rises, which fight for the defense of social balance. Recognizing the political and cultural commitment in the construction of anti-racist regulations, there is a lack of solidity within society to break structural racism.

**Keywords:** Culture. Blackness. whiteness. Social equity. Political-cultural method.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	11
SEÇÃO 1: O COMBATE À BRANQUITUDE CONTEMPORÂNEA.....	15
1.1 Autoetnografia da autora da dissertação.....	15
1.2 Cultura e Branquitude .....	17
1.4 Uma história da diáspora africana.....	22
SEÇÃO 2: CRÍTICA A PARTIR DA IDENTIDADE DA NEGRITUDE.....	30
2.2 Negritude no Brasil abolicionista por Castro Alves (1847-1871).....	30
2.2 Defesa da identidade em <i>O Abolicionismo</i> , de Joaquim Nabuco (1883).....	34
2.3 O negro representado em <i>O Cortiço</i> , de Aluísio Azevedo (1890).....	36
2.4 O negrismo em <i>Casa Grande e Senzala</i> , de Gilberto Freyre (1933).....	38
SEÇÃO 3: VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA CULTURA DA BRANQUITUDE.....	41
3.1 <i>Quarto de Despejo versus</i> a Branquitude.....	42
3.2. As diversas faces de Conceição Evaristo.....	45
3.3 Alguns Contos de <i>Insubmissas Lágrimas de Mulheres</i> .....	47
3.4 A opressão às mulheres negras.....	52
3.5 A Negritude em confronto com o racismo presente na cultura da Branquitude.....	53
SEÇÃO 4: FECHANDO O CERCO: AS LEGISLAÇÕES ANTIRRACISTAS .....	57
4.1 Legislações antirracistas.....	57
4.2 Lei de História afro-brasileira .....	62
4.3 Lei de cotas nas universidades.....	65
4.4 Estatuto da Igualdade Racial.....	68
5.1 A identidade da Branquitude.....	73
5.2 Religiosidade <i>versus</i> Negritude.....	76
5.3 Vozes da Negritude contrapondo o racismo presente na Cultura da Branquitude .....	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS .....	87

## INTRODUÇÃO

*Vozes da Negritude em confronto com o racismo presente na cultura da Branquitude*, que é o título escolhido para esta Dissertação, aparenta audácia, evoca confronto e embate entre vozes culturalmente demarcadas e atravessadas, de um lado pelo racismo estrutural e estruturante da cultura da Branquitude desde o Brasil colonial e, de outro lado, pela Negritude, que se insurge, ocupa espaço e reclama dos abusos sofridos, ao mesmo tempo em que se inscreve como necessária, digna de direitos e apta para cumprir deveres e exigir direitos.

Estudar o tema em questão envolve distinguir essas vozes que expressam a sua indignação, e também evocam a conscientização daqueles pelos quais durante muito tempo foi silenciada. Assim, ao evocar vozes da Negritude e trazê-las para um diálogo analítico, temos consciência de que esse é também um trabalho de resistência, o qual aborda e esmiúça temas como a discriminação racial, o gênero, a economia, perpassando por aspectos socioculturais, tais como a doutrina religiosa, a gastronomia, os costumes, enfim.

Dentro desse cenário mais amplo, embora tenhamos consciência de que o negro no Brasil, tanto numa perspectiva histórica como literária, é ampla e abrange um número grande de obras e autores, considerando o curto espaço de tempo que dispúnhamos para apresentar o produto final desta pesquisa, foi necessário um recorte delimitado na perspectiva de alcançar resultados mais pontuais.

Ante a necessidade de traçar o recorte desse tema tão abrangente e necessário, deparamo-nos com as seguintes questões problemáticas que nortearam todo o desenvolver da pesquisa, bem como a escrita do trabalho, quais sejam: de que maneira a supremacia da Branquitude contemporânea prejudica as relações sociais, sobretudo para os negros e negras? Quais são os registros de identidade e do negro na literatura de Castro Alves (1977), Joaquim Nabuco (2011), Aluísio Azevedo (2009) e Gilberto Freyre (2003)? Quais embates e justaposição de ideias entre a Negritude e a Branquitude estão presentes com muita clareza na obra *Quarto de Despejo* da autora Carolina Maria de Jesus (2014)? E, sobretudo, quais são os grandes avanços nas legislações antirracistas no Brasil contemporâneo, e quais são suas contribuições? Destarte, selecionamos como objetivo geral desta Dissertação externar sobre a real situação do negro na sociedade brasileira. Essa reflexão está pautada e embasada nas novas características de terminologias alcançadas pela luta entre a explanação sobre racismo, Branquitude e Negritude, descritas principalmente nas obras literárias das mulheres negras com as quais dialogamos no decorrer desta dissertação, entre essas autoras destaca-se Carolina Maria de

Jesus e Conceição Evaristo. Todavia, antes de proceder à análise da Negritude, identificamos também que, já na literatura clássica e contemporânea que compreende o nosso recorte espaço temporal, a saber, vozes maiores do século XIX, tais como Castro Alves (1977), Joaquim Nabuco (2011) e Aluísio Azevedo (2009) é possível abstrair representações do negro no Brasil. Embora essas representações sejam, em muitos aspectos, demarcadas pelo contexto histórico colonial, elas também apresentam significativos avanços contra os ideais racista daquele século. Além do que, dialogamos também com Gilberto Freyre (2003), no século XX, o qual teve a sua contribuição em relação a sociedade brasileira.

Por conseguinte, adotamos os objetivos específicos: (1) refletir pressupostos teóricos de combate à Branquitude contemporânea no contexto do pensamento étnico racial; (2) identificar a identidade do negro na literatura de Castro Alves, Joaquim Nabuco, Aluísio Azevedo e Gilberto Freyre, com olhar crítico; (3) reconhecer a justaposição de ideias de Negritude com a Branquitude presente na estética do olhar em *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus (2014) e nas diversas faces de Conceição Evaristo, além de; (4) reconhecer os pressupostos da legislações antirracista fechando o cerco contra o preconceito.

Assim, como justificativa para a escolha do objeto deste trabalho de pesquisa, evidencia-se que tais autores nos encorajam, não apenas com sua particularidade de resistência, mas também com sua história de vida, autores que, assim como eu, viveram, vivo a mesma realidade.

Para tanto, empreendemos uma análise da literatura antirracista fundamentada nos autores supramencionados que tratam a questão racial no Brasil com tema que discute a identidade nacional versus identidade negra. Os procedimentos metodológicos adotados ao longo do trabalho são baseados em abordagens qualitativas voltadas à concepção de cultura.

Consideramos relevantes destacar que a coleta de dados foi bibliográfica e documental, com base na literatura antirracista, como já mencionamos. Ademais, tecemos, como estratégia analítica, comentários crítico-reflexivos relacionados à situação do negro na sociedade brasileira.

As produções literárias citadas são riquíssimas por trazer, na voz de abolicionistas e ativistas no Brasil, a denúncia da escravidão vivida e da exclusão social que ainda persiste às pessoas negras. Além disso, são obras que retratam a escravidão antiga e na atualidade, as consequências, pois, os negros vivem reprimidos, precisam de cotas e as cotas são criticadas.

Tendo em vista o vasto repertório literário de que dispomos no Brasil, embora nesta Dissertação não tenhamos conseguido dar conta da totalidade desse panorama literário,

reunimos força numa tentativa mais ou menos consciente de captar as vozes que sobressaem no sentido da imagem do negro na sociedade brasileira. De antemão, ressaltamos que no presente trabalho estamos partindo de um ponto de vista que reivindica um estreitamento entre literatura, história e política, a partir de uma consciência crítica desse contexto social, no qual o negro está inserido e representado.

Nesse sentido, enfatizamos que é necessário romper as estruturas sociais e políticas que nos oprimem. O convite a reflexão se amplia ao convite de descobrir mais sobre os conceitos de Negritude e de Branquitude, sobre os movimentos que vão se desenvolvendo em defesa da consciência negra e, cada vez mais, ganhando força e adeptos.

A Negritude vem como forma de garantir a quebra das rupturas necessárias para que os negros, e a mulher negra tenham respeitados suas possibilidades e potencialidades. E este desafio de pensar sobre os movimentos sociais organizados que projetem uma sociedade baseada na igualdade é o convite desses escritores.

Assim, além desta introdução, bem como das considerações finais, a presente pesquisa está aqui apresentada em cinco partes, as quais estão abaixo explicitadas.

Na primeira Seção, que recebeu o título. *Os combates à Branquitude contemporânea*, são colocadas várias questões como a identidade da Branquitude, cultura e Branquitude, uma história da diáspora africana, que foi um grande evento imigratório, modernidade afropolitana e, por último, destacamos a religiosidade *versus* a Negritude.

Já na segunda Seção, realizamos uma investigação a partir da crítica à identidade do negro no Brasil colonial, bem como, das múltiplas formas de racismo presentes na cultura da Branquitude, referenciando a Negritude no contexto do Brasil abolicionista de Castro Alves e na defesa da identidade por Joaquim Nabuco. É também nessa segunda parte do trabalho que apresentamos a obra *O Cortiço*, assim como, destacamos o negrismo de *Casa grande e Senzala*, a fim de catalogar todas essas informações estabelecendo aspectos de identidade e crítica à forma como a Branquitude lança mão dos privilégios históricos e sociais que tem para perpetuar ações de racismos e preconceitos diversos para com os negros.

Já na terceira Seção, estão organizadas as análises realizadas sobre a obra *Quarto de Despejo*, de autoria da escritora Carolina de Jesus (2009), que evidencia a justaposição de ideias da Negritude em relação a Branquitude, assim como empreendemos também a apresentação das diversas faces de Conceição Evaristo, em suas funções de professora, escritora e crítica literária, nas dependências do Instagram, trabalhando essa relação para a análise descritiva

político-cultural e destacando os contos na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), atraindo todo esse reconhecimento da cultura e Negritude.

A quarta Seção desta Dissertação foi desenvolvida pautando os pressupostos das principais legislações antirracistas vigentes, fechando o cerco contra os preconceitos raciais, e em função da importância de todos saberem seus direitos e deveres. Tendo em vista que a batalha contra o racismo é uma luta parcialmente vencida em teoria, há avanços, porém, ainda precisa ser respeitada e seja colocada em prática. Na prática, a impunidade ainda é uma grande e constante conflito. Por conta disso, damos ênfase à legislação antirracista, lei de história afro-brasileira, lei de cotas na universidade, o estatuto da igualdade racial que é um manual para toda a população e finalizamos com a cultura e Branquitude no confronto com vozes da Negritude.

Na quinta Seção, e última, tratamos da luta da identidade coletiva contra a Branquitude. Ressaltamos ainda que, por mais que seja crime, hoje em dia, o fato é que o preconceito existe, o racismo é mascarado pela sociedade que ainda é preconceituosa e apresenta o negro com desvalorização. À vista disso, foi possível concluir uma pesquisa mais centrada no objeto, a respeito da questão culturalista que envolve as obras, trazendo e desenvolvendo as características sob a perspectiva dos autores. Sabe-se que a figura do negro no Brasil pós-colonial ainda é passível de preconceitos e falácias, muitos os julgam como seres inferiores intelectualmente. No entanto, é preciso conhecer melhor sobre os afrodescendentes, evidenciando assim suas histórias de lutas, trabalho e sobrevivência: na perspectiva de impedir que a geração atual e as gerações vindouras tenham preconceitos e estereótipos para o cidadão negro no Brasil. Depois de tantos anos de luta e resistência, o negro continua lutando pelo seu espaço e tentando se restabelecer na sociedade. Com isso, percebemos quão grande foi a colaboração do negro para a atual estrutura do país.

Nas linhas que seguem, antes de adentrarmos ao trabalho teórico propriamente dito, consideramos necessário pontuar de onde parte a voz da autora deste trabalho, uma voz que não se pretende neutra (como querem os discursos euro centrados), mas que parte de um lugar de fala bem delimitado e circunscrito a partir de vivências, embates e, sobretudo, resistência.



## SEÇÃO 1: O COMBATE À BRANQUITUDE CONTEMPORÂNEA

A complexidade do tema evoca múltiplos fatores: históricos, psicológicos, culturais, políticos, econômicos, sociais e ideológicos. Do ponto de vista histórico, é necessário no plano da busca da identidade afro-brasileira, não apenas enfatizar a questão das raízes, mas sobretudo, o processo histórico no qual se desenvolveu a resistência afro-brasileira. Uma história penosa e pesada para ser carregada e ser aprofundada, mas também, uma história em construção, difícil a dominar, ainda pouco interrogada por diversas razões (MUNANGA, 1990, p. 112-113).

### 1.1 Autoetnografia da autora da dissertação

Nasci em 1984, em Pombal, uma cidade do interior da Paraíba. Oriunda de uma família modesta e trabalhadora, sou a filha mais velha de seu Manoel João da Silva Filho e Laudeci dos Santos Silva que trilharam por caminhos de dificuldades no Nordeste do país, pois o meu pai, era o único a dar suporte financeiro a família, trabalhava como empregado nos sítios da região, onde passaram por grandes dificuldades recorrentes da falta de recursos. Dessa forma, no ano de 1989, viemos para o norte do Brasil, e em Rondônia projetávamos a esperança de dias melhores, uma vez que parentes já residiam no Estado e poderiam ajudar.

Ao chegar a Porto Velho, capital de Rondônia, meu pai, seu Manoel, logo conseguiu emprego na construção civil e minha mãe, dona Laudeci, também se empregou como auxiliar de cozinha. Enquanto meus pais trabalhavam, eu acompanhava e ajudava minha avó materna no serviço de empregada doméstica para ajudar na criação de meus dois irmãos menores. Em meio às dificuldades financeiras, minha família se dedicava para que eu e os irmãos estudassem e tivessem melhores oportunidades, pois, para os negros, de classe baixa nada é fácil, e ainda mulher, tem que se sobressair para alcançar os sonhos.

Sempre muito esforçada, dividia-me entre as responsabilidades empregatícias e as escolares, cursando primeiramente a 1ª série do Ensino Médio. Os sonhos de uma graduação foram interrompidos pela gravidez na adolescência. Em meio a tantas mudanças tanto físicas quanto psicológicas, aquela menina que fui um dia foi se transformando em mulher, enfrentando medos e renunciando sonhos e projetos para ter minha filha. O pior que me sentia sozinha, sem o apoio do pai da criança. Porém, minha família via o brilho nos olhos de quem ia mais longe, eu tinha alma de vencedora e a sua luz era visível.

Por um período, desorientada e com medo achei que tudo estava perdido, mas seguindo o exemplo de meus pais, pessoas que sempre agiram com responsabilidade e esperança de dias melhores, me armei com uma força que nem eu sabia que tinha até aquele momento e decidi cuidar da minha vida e fazer dela o melhor motivo para continuar o caminho que tinha traçado, até aquele momento me passou como um filme na minha cabeça, todas as dificuldades da infância, os momentos em que me sentia perdida e mesmo assim via nas estrelas, as vezes com os olhos cobertos de lágrimas que iria longe, que iria quebrar o ciclo de trabalho pesado e necessidades que minha família vinha seguindo.

Meus pais me chamaram para conversar e nesse momento me mostraram que nada estava perdido, que estariam comigo me apoiando e me incentivando sempre, deixando-me emocionada, pois, tantas outras moças com a mesma história eram expulsas de casa. Com o apoio familiar, aumentou a minha autoestima, e eu me senti revigorada e com a força que precisava para seguir. A conversa foi decisiva e mesmo se vendo com mais uma atribuição, a de mãe, mas com o incentivo dos meus pais, dei continuidade aos estudos na Escola Estadual São Luiz, na modalidade Supletivo, concluindo a 3ª série do Ensino Médio aos 18 anos.

A maternidade para mim não foi uma escolha, foi determinante para a eu repensar o meu caminhar, refletir os fatos e se encontrar como uma das vozes negras que ressurgem como fênix em meio a toda dificuldade e obstáculos encontrados pelo caminho. E mesmo diante do sofrimento, eu ofereci a minha filha todo amor que tinha em meu coração, dediquei-me a ela sem lhe passar qualquer sentimento negativo, proveniente do abandono do seu pai.

Minha valentia era fundamentada em não aceitar mais “nãos” sem tentar o sim, já sentia que as coisas para mim não eram tão simples como para meninas brancas, de classe alta. Com objetivo profissional, fiz cursos de Vigilante e de Bombeiro civil, mas devido ser mulher, senti o peso da discriminação, poderia pagar e fazer o curso, mas não poderia ser contratada, de uma forma velada, era visível que pouquíssimas mulheres conseguiriam atuar na área. No meu caso, não foi conferida a oportunidade de exercer essas profissões.

Para mulher os empregos que consegui eram informais e destinadas a mulheres, como empregada doméstica e auxiliar de cozinha. Eu não queria ser mais uma empregada doméstica negra no Brasil, queria mostrar o meu valor para sociedade, pois assim como eu, muitas outras são capazes e nem se cogita dar oportunidade a elas.

A cada queda, eu ia sentindo como se criasse calos. E ficava cada dia mais resistente, em meio a muitas humilhações, patrões que desvalorizavam meus serviços, pessoas que nem

me viam, por exercer um trabalho considerado “inferior”, a mulher se vê por vezes como invisível as pessoas, como um acessório dos locais. Por vezes, eu lembrava de onde vinha, da casinha que vivia no Nordeste, quando criança, da pouca comida que partilhava com minha família, do olhar de sonhos perdidos de minha mãe, e do fundo do meu coração eu tirava forças novamente para sonhar e levantava a cabeça, firmava o olhar para seguir em frente.

Depois de dez anos lutando entre um emprego informal e outro, aos 29 anos, consegui uma bolsa parcial na Faculdade Metropolitana no curso dos meus sonhos, Letras. Em 2015, conclui minha graduação em meio a muitas dificuldades, trabalhava de dia e estudava à noite. As dificuldades eram muitas, para custear os 50% do curso e para sustentar a minha filha e também juntamente com meu esposo os outros dois filhos. E, no momento em que recebi o diploma todas as imagens foram lembradas, e cada lágrima as dores eram sentidas novamente, porém, um sorriso desabrochava no meu rosto, e comemorava a minha vitória, enxergando-me cada vez mais forte resistente, e responsável por repassar a mensagem a todas as mulheres negras, de classe baixa que elas podem e devem continuar a sonhar e lutar para realizá-los sem esmorecer com os não recebidos, com o desamor e o abandono do próximo, com a intolerância e o preconceito do outro.

A faculdade me propiciou, por 14 meses, uma renda como professora substituta, depois disso, voltei a trabalhar como auxiliar de restaurante, mas sempre sonhando com uma especialização, incentivada por uma amiga da graduação, participei do processo seletivo do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia, alcançando uma posição e garantindo a vaga no processo seletivo. Em minha trajetória profissional, conheci diversos escritores que foram fundamentais para minha formação, porém o desejo de expressar minha voz, poder ter o meu lugar de fala era o que eu almejava. Hoje procuro passar para meus descendentes a importância do conhecimento, como é bom aprender, se posicionar em uma sociedade tão diversificada.

## **1.2 Cultura e Branquitude**

Conforme explana Predebon (2019), “o negro sempre foi considerado inferior, de raça inferior, e mesmo o branco tendo abolido a escravatura no Brasil, os negros não conseguiam oportunidades para avançar e ultrapassar o seu status social”. Essa suposta inferioridade

biológica da raça negra era forjada nas teorias eugenistas em voga nas primeiras décadas do século XX.

Vale ressaltar aqui que essas teorias racistas eram aceitas dentro dos ambientes universitários ocidentais há pouco mais de um século o que significa dizer que ainda há muito que desconstruir e desvelar nesse ambiente de formação e formalização do pensamento. Essa corrente de pensadores racistas se valia de ideias biológicas para embasar o mito da incapacidade negra. Nunca é muito dizer que essa gente é criminoso, dissecavam cadáveres dos corpos negros na busca frenética por medir os ângulos e milímetros do crânio e mandíbulas a fim de criar teorias que associavam características e traços biológicos à capacidade intelectual e moral da raça negra.

Assim, o terreno em que estamos pisando é arenoso, movediço, de difícil escalada, pois há entaves de convicção no caminho. Como veremos mais adiante, os ecos desse passado próximo ainda reverberam na maioria dos ambientes e instituições que constituem a nossa sociedade.

E, nesse contexto de inferiorização e abusos contra as pessoas negras, não é nenhuma novidade que o colonizador branco, tido como raça dominante por esse ideal, mesmo depois de todo o processo abolicionista, só deu aos escravizados a carta de alforria e não oportunizou meios para se educar e evoluir socialmente, assim como fora oportunizado aos brancos colonizadores por meio da utilização dos benefícios trabalho escravo.

Diante disso, o emocionante relato da autora Rodrigues (2018, p. 127) “Mesmo na escola, o racismo continuou a açoitar os negros de forma traumática, sendo que muitos alunos que conseguiram se destacar não podia ser exposto para sociedade como representantes da sala.

A Branquitude em sua soberania, não pode ser ameaçada, de tal forma que muitas vezes os negros que ascenderam na dança, na música e teatro eram caçados, menosprezados, visto que sempre representavam a classe baixa da sociedade, as mulheres sempre as amantes ou empregadas domésticas, os homens bandidos, motoristas ou personagens com cargos inferiores. Nascimento (1998), por exemplo, “antes de chegar a cargo de senador sofreu muita discriminação, porém, sempre teve esperança de demonstrar suas capacidades intelectuais e representar o povo negro, comprovando suas competências”. Esse povo fez sempre o possível no sentido de reprimir e evitar a discriminação racial em todos os setores da sociedade.

Dada a mistura que houve no país, é inegável a popularidade das peças de literatura popular que exaltam as virtudes das mulatas; a atitude “liberal” em relação à religião afro-

brasileira; da culinária afro-brasileira; a inegável amistosidade que tipifica o temperamento dos brasileiros, o que segundo Nascimento (1997, p. 189), reflete e afirma que “as pessoas imaginam que exista no Brasil uma “democracia racial”.

O autor supramencionado, continua enfatizando que não se pode negar também que, em decorrência de anos de vivência da cultura negra, as tradições se misturaram às demais culturas existentes no país, e, com isso vem ocorrendo mais atividades de resistência da Negritude, essa tal “democracia racial” oculta uma realidade de opressão dos negros; e, o que é ainda mais sério, ao negar a própria existência do problema, nega também o imperativo da adoção de medidas corretivas, pois o que deve ocorrer é a restauração dos valores culturais africanos, a restauração dos sistemas de pensamento africanos como pré-requisito para a sobrevivência dos negros.

Nessa mesma via de interlocução, Munanga (1990; 2012) afirma que “o Brasil é um país que justamente nasceu do encontro das culturas e das civilizações, esse encontro, de acordo com o autor, nem sempre é pacífico”. Diante disso, a autor afirma que o problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O principal ponto é o racismo, pois através dele a sociedade é hierarquizada, desumana, e fundamenta a discriminação.

Ainda nesse contexto, destaca que:

O “vazio” da Branquitude, que habita no silêncio, que se oculta na sombra dos discursos competentes sobre raça e racismo, mesmo quando suspeitamente elogiosos, e que evita se pronunciar, conseguindo com isso, paradoxalmente, fazer-se presente e perpetuar sua posição estratégica de hegemonia e invisibilidade. (OLIVEIRA, (2007, p. 42)

Como vimos no excerto acima, Oliveira (2007), pontua que, “infelizmente, na atualidade brasileira impera o silêncio da Branquitude sobre a existência de racismo contra o negro, e esse silêncio vem dizendo mais que os discursos produzidos acerca de raça e racismo”. Nesse sentido, o silêncio da Branquitude, frente à temática que estamos problematizando aqui, é um silêncio político, pois visa à manutenção dos privilégios e a garantia da hierarquização social que beneficia os status dessa Branquitude.

Assim, coube aos próprios negros a difícil tarefa de reverter o quadro agudo e acentuado de exploração e tentativa de dominação entre as raças. Uma vez que a Branquitude, tendo sido senhora dos ideais colonialistas, não se levanta da liteira, cabe àqueles que foram forçados a puxar essa liteira durante séculos a missão de derrubar esse sistema de humilhação e ultraje.

Conforme elucida Mbembe (2013, p. 21), o estudo da descolonização, das lutas de libertação das colônias portuguesas no continente africano é um tema relevante, um marco histórico que repercutiu no Brasil, influenciando intelectuais, a diplomacia e outros movimentos sociais. E é no âmago desses movimentos de tomada de consciência e de lutas que surge a Negritude, movimento de reconquista da liberdade e tomada de consciência que iremos abordar mais detalhadamente na Seção 2.

Além disso, há um vasto referencial sobre relatos envolvendo a história da educação e da religiosidade dos negros no Brasil. Aqui, mencionamos Fonseca e Barros (2016, p. 93) “apenas para ilustrar com exemplos práticos o racismo praticado pela Branquitude sobre o qual estamos teorizando”. No exemplo a seguir, é possível conhecer sobre como foi a pedagogia da escravidão negra na história do Brasil, a saber:

Castigos físicos, no entendimento desse padre, eram necessários. Não poderiam ocorrer em excesso, advertia ele. Entretanto, dispensá-los era impossível. As punições, no caso, eram adotadas no sentido de penitenciar individualmente o sujeito que abandonava a ordem pré-estabelecida. Castigava-se, pois, para corrigir e reconduzir o indivíduo em direção a sua posição social no estamento definido pelos portugueses (FONSECA e BARROS, 2016, p. 93).

Nunca é demais refletir e relembrar que estamos lidando com os reflexos dessas práticas desumanas e, o que chega a ser pior, essas práticas eram abençoadas pela própria igreja, legalizadas pelos tribunais e institucionalizadas pelas escolas e universidades.

A partir da leitura do que foi produzido, percebe-se que é pequena, na historiografia brasileira, a produção sobre a relação de escravos e ex-escravos com o mundo letrado, ressaltando-se o fato de que, até o presente momento o negro aparece na literatura brasileira muito mais como tema do que como voz autoral. Assim, a maioria das produções literárias brasileiras retrata personagens negras. (FONSECA e BARROS, 2016, p. 102).

Na percepção de Fonseca e Barros (2016, p.103), e estamos de acordo com eles, a literatura, “ao caricaturizar as personagens negras, aparece como grande veiculadora de preconceitos”. Nessa mesma via de percepção, Soares (2020) analisa a obra “*Somos Todos Irmãos* de Alinor Azevedo (1949), na qual é feita uma explicação visual sobre a questão dos racismos que está impregnado até os ossos da sociedade, tanto na época do filme quanto na atual”. O filme tem como protagonista uma dupla de irmãos negros, onde um opta pela marginalidade enquanto o outro estuda para obter título de Bacharel em Direito.

A atitude de revolta é sempre vista como um erro na condução dos assuntos raciais e neste sentido o medo branco vem à tona, exigindo por parte do Estado a integração subordinada do indivíduo negro, através da ideologia da chamada Democracia Racial (SOARES, 2020, p. 11).

No trecho acima, Soares faz uma citação ao "medo branco", que é algo comum em uma sociedade onde negros sempre são vistos como vilões, bandidos e marginais. É de conhecimento geral que a população negra é extremamente marginalizada e vista com más olhos e o movimento da Negritude é de vital importância para aqueles que se encaixam em tal etnia.

A submissão e as condições indignas de vida evidenciaram a falta de preparo dos negros para tarefas que dantes não lhes eram afeitas e até mesmo para o seu engajamento nos espaços públicos e no mercado de trabalho. Porém, tal despreparo se deu em virtude da falta de orientação, treinamento e educação por parte dos senhores de escravos, que só percebiam os negros como raça inferior predisposta aos trabalhos mais pesado e mais aviltantes.

Conforme Soares (2020, p. 76) essa relação desigual de poder entre negros e brancos, “deveu-se ao fato de a cidadania no Brasil ser um privilégio dos grupos dirigentes, o público e o privado se confundiam, contribuindo para a sedimentação de valores conservadores no Brasil”. E, para além disso, as situações de racismo também ganham uma nova roupagem social, tal como mencionaram as autoras Madeira e Gomes (2018, p. 465) “ficando reduzidas à esfera pessoal e não ganhando conotações políticas e coletivas, com explicações relacionadas à formação social, às estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que se reproduzem nas práticas cotidianas”.

Diante desse contexto, a Negritude pode ser admitida como o reconhecimento de uma identidade pelo critério positivo da cor mediante o trabalho conjunto dos grupos e movimentos articulados em prol da justiça social

O investimento político de tal trabalho procura abolir a Branquitude como uma categoria racial e marcada de identidade, ou seja, no centro de esforços está a tentativa de despir a Branquitude de seu poder histórico e político de produzir, regular e constringer (GIROUX, 1999, p. 105).

Assim, é importante trazer logo o debate acerca do conceito de Branquitude, conforme diz Vron Ware, no texto *O poder duradouro da branquidade: um problema a solucionar*:

o conceito de branquidade pode ser difícil de definir e, à medida que atravessou lentamente os céus da consciência acadêmica na última década, foi interpretado como tendo significados diferentes. Um dos motivos dessa imprecisão está nas abordagens metodológicas e ideológicas divergentes que têm sido adotadas no estudo da raça e dos racismos, na formação dos sujeitos raciais. A recente guinada para um *critical whiteness studies* (estudo crítico da branquidade) nos Estados Unidos e no Reino Unido, por exemplo, abarca a tentativa de descobrir vínculos entre os diferentes tipos de racismo (WARE, 2004, p. 18.)

Enfim, a “Branquidade”, na perspectiva do autor supracitado, ou a Branquitude, tal como estamos empregando nesta Dissertação, é a opressão de uma coletividade sobre outra em razão da cor da pele: os brancos que se utilizam da branquidade são proativos, atiram-se a agredir em função da cor, pretos que estejam nas suas proximidades. Claro que não existe uma única via de entendimento da ideia de raça, pois “todo o conceito de raça é uma ficção, um legado do século XVIII que não tem lugar no século XXI. A formação racial é examinada em relação aos processos históricos e a raça é analisada como uma prática, em vez de ser estática e imutável” (WARE, 2004, p. 10), assim podemos inferir que, de modo similar, o conceito de Branquitude também será mutável com o tempo e com as circunstâncias do lugar.

#### **1.4 Uma história da diáspora africana**

Desde os primórdios da humanidade, pessoas com vários tipos de privilégios tentam de todas as formas inferiorizar ainda mais as minorias que não possuem voz. Um dos aspectos humanos que sofre maior discriminação na história é a cor da pele; os pretos, vermelhos e amarelos sofreram preconceitos absurdos por conta do padrão etnocêntrico; o qual acredita que a pessoa de pele branca é superior a qualquer outra.

De acordo com Santos (2008), “diáspora africana” foi a nomenclatura dada ao evento da imigração imposta aos africanos. Além de pessoas, embarcavam nos navios negreiros: modos de vida, práticas religiosas, culturas, idiomas e métodos políticos, tais que acabaram por se infiltrar na estruturação das sociedades nas quais os africanos escravizados foram introduzidos. Estima-se que, nesse ínterim, em torno de onze milhões de escravos capturados foram levados para as Américas, e acredita-se que pelo menos cinco milhões tiveram o Brasil como destino.

O termo “diáspora” também tem significado próximo de desmembramento e refere-se à transferência, forçada ou não, de um povo pelo mundo. Foi bastante utilizado para indicar os processos de ‘dispersão’ dos judeus. Além da diáspora judaica, outros eventos diaspóricos são importantes para o entendimento das relações históricas e sociais entre os vários povos por todo esse tempo. Nesse contexto, porém, é importante dar ênfase na diáspora africana.

Diante desse contexto, a diáspora africana foi o período de imigração forçada dos africanos e marca a posterior busca pela liberdade e pelos direitos humanos. No período da diáspora, aqui entendida como cisão e separação dos povos negros de seus lugares e



comunidades originais, os povos eram separados em arranjos de identidade que iam surgindo e se perpetuando no cenário da escravidão.

A diáspora trouxe várias coisas desprezíveis para os negros, tais como dor e exploração, mas também, dentre elas, um mundo de trocas e habilidades sociais que acabou por se construir a partir da vivência em um local novo. São exemplos destas trocas: domínio de diferentes tecnologias, formas de ver o mundo, novos saberes e práticas, ideologias e crenças. Os africanos precisavam se adaptar às terras brasileiras e à opressão sofrida, para que pudessem viver de forma no minimamente (quase nula) aceitável.

Munanga (2006) afirma ainda que, nos dias de hoje, a sociedade é capaz de encontrar reflexos da grande troca de culturas e informações que aconteceram na época. As sociedades erguidas com base na diligência da diáspora africana entrelaçam-se no social e no cultural, seja por meio da história ou do passado comum, de exposições artísticas, dos estudos, da religião, ou até mesmo da música.

Comidas, músicas, danças, hábitos e costumes têm muito dos povos que viveram no Brasil, mesmo com a cultura opressora que a escravatura regia sobre eles. Vários grandes exemplos de cultura africana no mundo inteiro são diferentes tipos de música, como *black music*, *jazz*, *soul*, *reggae* e o samba.

A troca cultural foi muito maior do que as pessoas conseguem imaginar por si mesmas. Pessoas adquirem hábitos de forma rápida, dependendo de quão expostas estiverem a eles; e, na época, a exposição era exacerbada.

Mas isso não é apenas algo bom, já que o diferente nunca é tido como bom à primeira olhada, principalmente em tal contexto histórico, enfatizando o quão diferente a cultura africana era da europeia e da brasileira.

Santos (2008) chama atenção para o fato de que uma das coisas mais atingidas pelos traficantes e donos de escravos foi a religião, ocasionando em uma grande modificação nos nomes e aparências de suas entidades, deuses e figuras religiosas. Na umbanda, inclusive, se encontram várias entidades que são comumente conhecidas por nomes de santos católicos; um grande exemplo disso é o próprio Exu, que era e ainda é chamado por Santo Antônio de Pemba.

E para que houvesse uma troca tão grande de cultura, é evidente que todos os lados da troca já eram ricos em aspectos culturais e estilos de vida. Devemos levar em consideração que a história do povo africano começou muito antes do encontro com os europeus, eles já tinham muito quando foram capturados por traficantes de escravos e presos em navios negreiros. Suas

histórias e culturas são tão antigas, ricas de significados e diferentes entre si, enfatizando os talvez milhares de anos que somaram até a história africana ficar marcada com muito sangue, suor e lágrimas.

Soares explica que o que a história da diáspora tem de particular é o fato de tratar de pessoas. Seu objetivo maior é entender os processos sociais que provocaram, acompanharam e resultaram da dispersão de 11 milhões de escravos que atravessaram o Atlântico ao longo de quatro séculos. Diz o autor (2011, p. 63) que “Os africanos maometanos seriam tolerantes e acessíveis, ansiosos por luz e progresso. Estavam desejosos de ter escolas cristãs em suas cidades, de que as Escrituras cristãs circulassem entre eles e de compartilhar com os cristãos o trabalho”.

Passado esse período de separação, margem e linearidade, que ocorreu na diáspora, os povos participam coletivamente de um movimento de reversão e retorno às origens. Aqui não estamos mencionando as origens físicas, mas simbólicas, identitárias, de resgate da autoimagem roubada e escrachada pela escravização.

De acordo com o autor Nascimento (1997, p. 33), nesse contexto de retomada dos lugares de direito, reivindicar é preciso, principalmente “nesse final de século, em que as reivindicações dos movimentos negros têm redundado em consideráveis avanços sociais, é importante trazer à baila a figura de Cruz e Sousa, o homem e a obra”. Dando continuidade a esse pensamento, o autor afirma ainda que houve um grande descaso em relação ao negro, conforme consta no excerto abaixo:

Os milhões de ex escravos foram apenas atirados para o olho da rua. Não se cuidou de que precisavam de trabalho remunerado para que pudessem comer, morar, sustentar a família, cuidar da saúde, da educação, do vestuário e outras necessidades básicas (NASCIMENTO, 1997, p. 178).

A população negra até mesmo aqueles que são mais financeiramente mais sucedidos, vivencia até hoje as consequências dessa herança cultural que se estabeleceu em tempos passados, então, governos tentam amenizar ou extinguir tal situação inserindo-os em ambiente onde não estão muito presentes.

Tenta-se caracterizar o pensamento tradicional africano como uma filosofia em que, na África, os nativos seriam incapazes de ir “além do temor e da reverência”, como diz Abdias Nascimento (1998, p. 128), quando enfatiza que “a liberdade, oportunidade de vencer, iniciativa e até o amor de viver, o negro, em sua apatia secular, espera um líder para sacudir-lhe o jugo incômodo de uma escravidão velada, de uma aparente democracia”.

A essência preservada nos provérbios, na diversidade multicultural e nos ensinamentos passados durante gerações por meio da oralidade, quanto da contribuição de filósofos africanos e afrodescendente. Conforme relata Nascimento a seguir no trecho sobre educação em meio as desigualdades raciais quanto a social:

As desigualdades raciais no setor educacional foram adequadamente percebidas pelo Relator Especial da ONU: “A discriminação vivenciada pelos afro-brasileiros na educação é parte do círculo vicioso de pobreza em que a maioria deles está envolvida e que assume a seguinte forma: pobreza material – baixo nível educacional, fracasso escolar, falta de treinamento, desemprego ou trabalho não especializado, baixos salários [...]; o sistema brasileiro de educação não leva em conta a presença, a história e a cultura dos afro-brasileiros e tende a lhes passar um sentido de inferioridade. (NASCIMENTO, 1998, p. 72).

Feita essa contextualização macro e abrangente, direcionamos agora o olhar para o contexto local de onde partimos para escrever esta Dissertação, o Brasil. Aqui, o grau de educação de uma pessoa tem relação com a renda, muitos desejam ingressar no nível superior, porém não é tão fácil assim, não somente pela concorrência da seleção, mas também por conta da desigualdade educacional, isso mostra a importância das políticas públicas que foque desde quando se inicia a vida escolar.

O povo negro, de acordo com Abdias Nascimento, não divide com seus descendentes apenas a experiência da opressão racista:

Apesar dos obstáculos que lhe foram interpostos, incluindo a clássica acusação de “racismo às avessas”, o Teatro Experimental do Negro marcou sua trajetória, pelo volume e qualidade de sua atuação, no meio artístico e cultural daquela década e do decênio seguinte, como também no cenário político, sendo diretamente responsável pela primeira proposta de legislação antidiscriminatória no Brasil (NASCIMENTO, 1998, p. 78).

Nesse contexto de luta, dispersão, opressões diversas e colonialistas e, sobretudo, de resistências, a figura do negro nas sociedades ocidentais tem sido caricaturizada, ridicularizada e exposta aos mais variados tipos de preconceitos. Assim, não é coerente proceder uma análise da Negritude sem tecer relações com as opressões históricas e como essas opressões encontram eco em muitos padrões de comportamento sociais dos tempos vigentes, padrões que foram normalizados ao longo do tempo e são tidos como aceitáveis para uma parcela significativa da sociedade, a saber, a Branquitude detentora dos privilégios sociais e históricos.

#### 1.4 MODERNIDADE AFROPOLITANA

O afropolitanismo, conceito abordado por Mbembe (2019), “é o poder de contar que se é possível fazer mudanças, de mudar a percepção estereotipada e simbólica de lugares, culturas e pessoas”. Os negros foram vistos como vítimas por todo esse tempo, pois as pessoas sempre se esquecem que eles já eram um povo de crenças, culturas e costumes bem fundamentados. As pessoas sempre mostram um ponto de vista vitimista para um povo que tinha seus próprios querereres desde muito antes, enfatizando ressentimento como um sentimento comum para os negros.

Ainda na atualidade, vê-se negros sendo discriminados e estereotipados como vítimas por conta da história, assim como pessoas dando destaque para algo que não os define ou conta sobre suas histórias completas, mostrando apenas o lado sofredor. Entretanto, na perspectiva do autor Mbembe (2007), “entende-se que afropolitanismo é uma maneira de estar e ser africano no mundo, recusando, a princípio, qualquer forma de ressentimento e vitimização”.

A África não é só sofrimento, existe uma cultura extensa, um povo e uma terra a serem compreendidos, religiões a serem estudadas e muitos costumes a serem aprendidos. A África tem muito mais a oferecer além do sofrimento e da escravidão.

A emergência de retomar a ancestralidade africana por parte dos investigadores e pensadores africanos e afro-diaspóricos fundamenta-se nas ânsias em volta das conjunturas históricas, narrativas e escritas feitas de forma desconexa quanto ao continente africano e dos povos de pele negra, pelos mercantes, viajantes e conquistadores gregos, romanos e, um tempo depois, europeus.

Vários filósofos e estudiosos africanos apresentaram suas teses, com base nesse tipo de pensamento, dentre eles: Cheikh Anta Diop, Molefi K. Asante e Achille Mbembe. No ponto de vista desses autores, como é o caso de Diop (2015) e Seidi (2016) “uma narrativa africana a ser escrita e contada tem de tomar como origem a África. Se não utilizar dessa forma para relatar a história do continente africano, vai ser sempre relatada de forma errônea”. Outro detalhe importante frisado pelos autores supramencionados é que o próprio continente africano não é homogêneo, não se trata de um país chamado África e sim de vários países disposto em um extenso continente, o que significa dizer que os afrodescendentes são originários de diversos grupos étnico e têm, portanto, múltiplas heranças culturais que compõem o pluralismo das crenças, ideias e concepções com as quais convivemos em sociedade.

Diop (2016) também afirma, em uma de suas teses, “que a humanidade começou na África e, de acordo com o modelo monogenético da origem humana, todas as outras etnias surgiram moderadamente tarde, como ramificação africana por consequência de mudanças climáticas e ambientais”.

A urgência do resgate da linhagem africana, de acordo com Asante, é um fato que os estudiosos afrocêntricos não poderiam deixar de lado, tendo em conta que o princípio da historiografia africana foi alterado pelo Ocidente. Assim sendo, ele ainda aponta que as pesquisas africanas deveriam ser voltadas para a própria África, já que se era estudado a África a relacionando com a Europa, e não a cultura africana em si.

A tentativa de trazer de volta a origem do povo africano acabou por montar um discurso de vitimização, uma alegação em que afrodescendentes, negros e africanos vinham sendo confrontados com uma narrativa de sofrendores, injustiçados e miseráveis, utilizando inclusive do fato de que eles têm um passado que testemunha a realidade trágica por qual eles passaram e passam até os dias atuais. E esta narrativa, de fato, serve aos propósitos do movimento da Negritude no sentido de enfatizar as injustiças impostas aos negros, proceder ao resgate dessas identidades esmagadas pela Branquitude e, conseqüentemente, reverter o quadro de privilégios adquiridos destes em relação àqueles. Não é vitimização é consciência histórica, política, étnica e de classe social.

Ademais, Mbembe (2000) chama atenção para o fato de que “demandar uma versão africana da compreensão do mundo acabou por deturpar alguns conceitos étnicos como os da linguagem, política e ciência, tudo isso deveria ser fundamentalmente africano, deixando o papel de alter ego de outros para assumir sua própria alteridade”.

Nesse sentido, a vitimização cria um povo ingênuo e acrítico, manipulando inconscientemente um povo a somente aceitar que a África vive num estado de miséria, pena e pobreza extremas. O autoflagelo não é algo que deva ser ligado a um povo tão forte culturalmente quanto a África, já que a necessidade que realmente existe é de evolução, e não de lamentos.

Isso, considerando o conceito do afropolitanismo, conforme elucidamos no primeiro parágrafo deste tópico, na perspectiva de Mbembe (2019; 2000) propõe-se a pensar em um discernimento universal, este que procura abranger múltiplos globais como “abertura do mundo” que estão em constante diálogo, por meio das reuniões para discutir a África Pós-colonial. Mbembe também menciona que o certame da descolonização das terras africanas tem

que recorrer às outras vias do pensamento, de forma que ultrapasse a hereditariedade que os colonizadores deixaram para trás.

Desta forma, percebe-se que qualquer análise sobre a África precisa ser atenta aos perigos da universalização. Entende-se que a ideia de uma suposta veracidade africana não se mantém diante de toda a fabulação que contorna a vivência da África; do mesmo modo que se conclui que, as identidades africanas estão em um incessante fluxo de mudanças e evoluções.

### **1.5 A saga dos quilombos com Marco Teixeira**

Na obra do autor Marcos Antônio Domingues Teixeira (2018), ele enfatiza diversos conflitos situa-se a disputa territorial e a negação de reconhecimento das identidades, além da persistência das práticas de racismo institucional, que) é um comportamento inerente às instâncias do próprio Estado Brasileiro em diversas situações. Veja-se o trecho:

A questão quilombola tem ocupado grandes espaços nos debates acadêmicos, políticos e sociais em todo o Brasil. Da definição histórica tradicional, proferida em 1740, quando o Conselho Ultramarino reportando-se ao rei de Portugal, alegou que quilombo era: "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" até as definições mais modernas, elaboradas após a Carta Constitucional de 1988, a questão quilombola ocupou diferentes situações nos debates da sociedade brasileira (TEIXEIRA, XAVIER, 2018, p. 351).

De acordo com outro autor, Almeida (2019, p. 127), “A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que no máximo podem ser mantidos sob controle, mas nunca resolvido”. A identidade da comunidade quilombola ultrapassou os limites do grupo cultural em que estava inserida e foi construída aos poucos nas novas associações que a comunidade agregou.

A preferência pela saga Quilombos, deveu-se a uma série de razões: a maioria dos dirigentes do movimento negro organizado e intelectuais ligados à causa negra escolheu Zumbi como seu herói, abolição; o quilombo foi apropriado por divisões de esquerda brasileiras, contrárias ao regime militar, como exemplo de resistência, desrespeito e clamores por liberdade. (FUNARI, 2005, p. 12.)

Portanto, o Movimento Negro não se nega a articular estratégias para os outros setores enraizados na sociedade, mas, enfatiza as demandas específicas do povo negro e chama os outros movimentos de grande matriz para a progressão que somam a essa luta. Podemos exercer uma reflexão disposta a nos auxiliar a um caminho que nos leva em direção à materialidade da

luta de classes no Brasil. Porém, não se encontravam pastores altos e baquetas? até as definições mais modernas do, elaboradas após a Constituição de cinco anos. Em 1988, a questão dos quilombolas ocupou situações diferentes nos debates da sociedade brasileira. Em 1988, foram publicadas importantes obras sobre o passado escravocrata do Brasil. Estimulados pelos 100 anos da abolição e associados ao clima de geo-localização em, os historiadores publicaram diversos trabalhos sobre a escravidão e o fenômeno quilombola. A resistência exemplifica o feito heroico de quilombolas de Palmares, é um assunto favorito dos estudiosos. A identidade da comunidade quilombola ultrapassou os limites do grupo cultural em que estava inserida e foi construída aos poucos nas novas associações que a comunidade agregou.

De acordo com Almeida (2019, p. 36), destaca-se que “Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais.”

Apesar da sua importância para a sociedade como um todo, e apesar das apostas políticas de "rejeitar todas as expectativas de literatura elitista, jargão acadêmico, ou texto complexo e abstrações científicas paradoxais, à sombra do Iluminismo europeu, distinto da gramática ancestral da África e a Diáspora", não constitui necessariamente uma obra de leitura acessível além da academia, por sua linguagem complexa e evocativa de uma epistemologia acadêmica relacionada à cosmologia afro-diaspórica. (AKOTIRENE, 2019, p. 273).

## SEÇÃO 2: CRÍTICA A PARTIR DA IDENTIDADE DA NEGRITUDE

O abolicionismo é um protesto contra essa triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema, que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política. Além disso, o nosso sistema está por demais estragado para poder sofrer impunemente a ação prolongada da escravidão. Cada ano desse sofrer impunemente a ação prolonga dada escravidão. Cada ano desse regime que degrada a nação toda, por causa de alguns indivíduos, há de ser-lhe fatal, e se hoje basta, tal vez, o influxo de uma nova geração educada em outros princípios, para de terminar a reação e fazer o corpo entrar de novo no processo, retardado e depois suspenso, do crescimento natural; no futuro, só uma operação nos poderá salvar à custa da nossa identidade nacional, isto é, a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre (NABUCO, 2011, p. 6).

É preciso insistir na necessidade de uma crítica com partido e lado certo. E os autores mais bravos tiveram posição de combate para que as conquistas legislativas sobreviessem. Aqui lembraremos de alguns destes bravos. A primeira figura da Negritude no Brasil abolicionista foi Castro Alves (1847-1871), poeta contemporâneo do político de *O Abolicionismo* (1883), Joaquim Nabuco, autor marcado pela defesa de uma identidade própria do povo negro. No tocante à marcação de uma denúncia da Negritude, temos o “caso Bertoleza” em *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. Quarenta anos depois, veio a ideia do negrismo em *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre.

Trataremos brevemente de explicar o papel de cada setor literário, portanto, político-cultural, centro desta pesquisa.

### 2.1. Negritude no Brasil abolicionista por Castro Alves (1847-1871)

Desde o final dos anos 1800 e início dos anos 1900, houve um processo de construção de redes culturais a nível global, graças ao surgimento da imprensa nacional brasileira que abriu portas para o desenvolvimento da comunicação para além das fronteiras nacionais. Durante esse período, para o império, a imagem da nação estava indissociavelmente ligada à da redenção do país. Foi também durante esse período que se estabeleceu um imaginário civilizador a partir dos grandes centros europeus, que deixaram a sua maior marca entre o final do século XIX e início do século XX.

Embora, tenha sido apenas na década de 1980 que a imprensa assumiu aberta e publicamente o movimento abolicionista, Castro Alves, já em 1866, fundara, com outros, o curso de direito em São Paulo, o jornal das ideias *A Luz* e uma sociedade abolicionista. Já em



1863, Castro Alves (ALVES, 2014, p. 09) publicou seus primeiros versos abolicionistas, dentre eles esses, que fizeram mais ainda sucesso depois, na voz de Caetano Veloso (1999):

## IV

*“Era um sonho dantesco... o tombadilho  
Que das luzernas avermelha o brilho.  
Em sangue a se banhar.  
Tinir de ferros... estalar de açoite...  
Legiões de homens negros como a noite,  
Horrendos a dançar...  
Negras mulheres, suspendendo às tetas  
Magras crianças, cujas bocas pretas  
Rega o sangue das mães:  
Outras moças, mas nuas e espantadas,  
No turbilhão de espectros arrastadas,  
Em ânsia e mágoa vãs!  
E ri-se a orquestra irônica, estridente...  
E da ronda fantástica a serpente faz doudas espirais...  
Se o velho arqueja, se no chão resvala,  
Ouvem-se gritos... o chicote estala.  
E voam mais e mais...  
Presas nos elos de uma só cadeia,  
A multidão faminta cambaleia, E chora e dança ali!  
Um de raiva delira,  
outro enlouquece, Outro, que martírios embrutece,  
Cantando, geme e ri!  
No entanto o capitão manda a manobra,  
E após fitando o céu que se desdobra,  
Tão puro sobre o mar,  
Diz do fumo entre os densos nevoeiros:  
"Vibrai rijo o chicote, marinheiros! Fazei-os mais dançar!..."  
E ri-se a orquestra irônica, estridente...  
E da ronda fantástica a serpente  
Faz doudas espirais...  
Qual um sonho dantesco as sombras voam!...  
Gritos, ais, maldições, preces ressoam!  
E ri-se Satanás!..."*

Desde cedo, ficou evidente que a existência dos negros na antiga colônia de Portugal foi martirizada pelos ditos “conquistadores”. O ambiente miserável em que viveram caracteriza o sofrimento e a humilhação a que foram submetidos. Agora, mais do que nunca, é preciso continuar “lutando” pela conquista do seu lugar social, sendo lhes alcançado admiração e respeito.

Com ideias abolicionistas, o autor do poema *Navio Negreiro*, por intermédio de seu eu - lírico destemido, indaga a Deus porque não os poupar desse sofrimento ceifando-lhes a vida.

## V

*“Senhor Deus dos desgraçados!*

*Dizei-me vós, Senhor Deus!*

*Se é loucura... se é verdade*

*Tanto horror perante os céus?!*

*Ó mar, por que não apagas*

*Co'a esponja de tuas vagas*

*De teu manto este borrão?...*

*Astros! noites! tempestades!*

*Rolai das imensidades!*

*Varrei os mares, tufão!*

*Quem são estes desgraçados*

*Que não encontram em vós*

*Mais que o rir calmo da turba*

*Que excita a fúria do algoz?*

*Quem são? Se a estrela se cala,*

*Se a vaga à pressa resvala*

*Como um cúmplice fugaz,*

*Perante a noite confusa...*

*Dize-o tu, severa*

*Musa, Musa libérrima, audaz!...”*

*(ALVES, ibidem)*

Todos esses fatos sugeridos no texto literário marcaram o povo brasileiro por várias gerações, e lembram uma época muito triste da história brasileira, de sofrimento, desigualdade e preconceito. Depois de tantos anos de luta, enfim, o negro vem conquistando o seu espaço e se restabeleceu na sociedade, mas sob um manto de intolerância da Branquitude moderna.

O negro teve papel fundamental na construção da sociedade contemporânea. Por muitos anos trabalharam arduamente para oferecer regalias aos seus senhores, eram escravos, obrigados a se submeterem humilhantemente às ordens de seus superiores. Em pleno século XXI, as pessoas precisam ter a consciência da importância do negro e de sua cultura na formação da nação brasileira. Por mais que seja crime, hoje em dia, o preconceito existe, o racismo é mascarado pela sociedade que ainda é preconceituosa e apresenta o negro com desvalorização. Sabe-se que na mídia as aparições do homem e da mulher negra desde sempre são relacionadas como algo ruim, influenciando o imaginário da população. Nessa última parte do poema, o autor indica o país como responsável por tamanha crueldade contra os escravos:

## VI

*“Existe um povo que a bandeira empresta*

*Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...*

*E deixa-a transformar-se nessa festa*

*Em manto impuro de bacante fria!...*

*Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,*

*Que impudente na gávea tripudia?*

*Silêncio. Musa... chora, e chora tanto*

*Que o pavilhão se lave no teu pranto! ...*

*Auriverde pendão de minha terra,*

*Que a brisa do Brasil beija e balança,*

*Estandarte que a luz do sol encerra  
E as promessas divinas da esperança...  
Tu que, da liberdade após a guerra,  
Foste hasteado dos heróis na lança  
Antes te houvessem roto na batalha,  
Que servires a um povo de mortalha!...  
Fatalidade atroz que a mente esmaga!  
Extingue nesta hora o brigue imundo  
O trilho que Colombo abriu nas vagas,  
Como um íris no pélogo profundo!  
Mas é infâmia demais! ... Da etérea plaga  
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!  
Andrada! arranca esse pendão dos ares!  
Colombo! fecha a porta dos teus mares!”  
(ALVES, *idem*)*

Esse destaque do negro na poesia foi um apelo, foi uma literatura poética em favor da liberdade diante da prática cruel contra os escravos. Liberdade da natureza como o mar, o céu, a lua, o sol, as borboletas, a águia contra a prisão que era o navio negreiro e a feiura que era a tortura que os negros recebiam. Sabendo-se que o negro foi uma peça fundamental para a construção do Brasil. Pois, conforme enfatizamos ao longo deste trabalho, em tudo que há hoje no Brasil, de alguma forma, o negro teve contribuição para emancipação da sociedade. Castro Alves adotou as ideias abolicionistas, fazendo da descrição do sofrimento um grito de liberdade.

Nesse sentido, o poeta inventou uma linguagem capaz de quebrar o silêncio ditado pela colonização dos escravos negros e da escravidão na história e na literatura do país, desconstruindo assim os discursos literários hegemônicos. Sua poesia deu visibilidade ao "outro", àquele que veio do outro lado do Atlântico com a força bruta da máquina escravista, contribuindo para o surgimento do diferente na sociedade brasileira do período em questão.

Destarte, Costa (2006, p. 188). ” O silêncio sobre a escravidão significou o desejo da elite imperial de permanecer na hegemonia, como herdeira de todos os que venceram antes, significou também a cumplicidade com uma concepção de história. Nesse contexto, a omissão da escravidão se acentua após a abolição.

Assim, conforme pontua a autora:

Castro Alves, a despeito de compartilhar do projeto literário romântico nacionalista, rompeu alguns cânones ao cantar o escravo. Sua produção literária assume a denúncia. Ao criticar a Corte por manter a escravidão, demonstra que não acreditava na abolição como dádiva, mas como uma conquista dos escravos. O caminho a ser palmilhado deveria ser a revolução e não via reforma legislativa. Também não acreditava na “harmonia das três raças”, clamava a sociedade para lutar em prol da abolição. (COSTA,2006, p. 191).

Diante disso, a autora menciona que Castro Alves convocou a sociedade a lutar pela abolição. ”pautada pela valorização dos valores introduzidos pela cultura de fora afirma à

sociedade que luta contra a desigualdade introduzida ao assumir os valores humanísticos da liberdade e da igualdade e chamando a atenção para a cultura do país”.

Entretanto, Costa (2006, p. 192) também adverte que, “por ser condicionada ao histórico e ao social, a capacidade criativa da literatura é limitada ao contexto no qual está inserida”. Assim, a autora reconhece (e estamos de acordo com ela) que “apesar de Castro Alves, em sua criação poética, ir além dos valores culturais do seu tempo” no sentido de incluir ao seu projeto literário “diferentes formas do imaginário abolicionista”, há em sua poética como afirma Costa (2006, p. 192) “uma ambiguidade que defende, mas também silencia, que deseja inclusão, mas também exclui, que dissemina um sonho, que também não se cumpre - a efetiva liberdade do escravo, bem como sua integração à sociedade”.

## 2.2 Defesa da identidade em *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (1883)

Quanto a mim, julgar-me-ei mais do que recompensado, se as sementes de liberdade, direito e justiça, que estas páginas contêm, derem uma boa colheita no solo ainda virgem da nova geração; e se este livro concorrer, unindo em uma só legião os abolicionistas brasileiros, para apressar, ainda que seja de uma hora, o dia em vejamos a independência completada pela abolição, e o Brasil elevado à dignidade de país livre, como o foi em 1822 à de nação soberana, perante a América e o mundo -Joaquim Nabuco, Londres, 8 de abril de 1863 (NABUCO, 2011).

*O Abolicionismo*, do autor Joaquim Nabuco foi publicado pela primeira vez no século XIX e ainda nos tempos vigente a obra, agora já de domínio público, continua relevante dentro da temática sobre a construção da identidade do povo negro no Brasil. De acordo com Pamplona

Nabuco exerceu a troca de ideias e os debates aprofundados que manteve com os abolicionistas estrangeiros, especialmente os norte-americanos que atuavam em sociedades abolicionistas congêneres, ao longo desse período de ebulição do movimento abolicionista. Entendemos que esse contato foi fundamental para explicarmos a rápida guinada de Nabuco, nesses anos, levando-o a abraçar um abolicionismo mais radical. (PAMPLONA, 2010, p. 55).

Muitos críticos literários e autores tais como Pamplona (2010) consideram que houve certos avanços no pensamento de Joaquim Nabuco e também muitas oscilações na força política que o pensamento de Nabuco mantinha, Iconforme pontua que:

maior importância a dimensão moral em sua crítica e concepções sobre a escravidão. Extremamente forte, essa dimensão moral e ética que passaria agora a condenar abertamente o chamado “crime” da escravidão assumiu uma natureza quase religiosa. Amplificou-se a indignação com a degradação da condição humana e fez-se o apelo para se partir imediatamente para a ação. (PAMPLONA, 2010, p. 55).

Conforme consta na epígrafe deste tópico, no prefácio que o autor escreveu no livro *O Abolicionismo*, em 1863, Joaquim Nabuco considerar-se-ia “mais do que recompensado” caso seus ideais de união dos abolicionistas brasileiros fossem efetivados e o que ele chama de “sementes de liberdade, direito e justiça” contidas nas páginas dessem “uma boa colheita no solo ainda virgem da nova geração”.

Contudo, a autora reitera que:

A abolição da escravatura, não apagou as marcas históricas, de quase quatro séculos de permanência do sistema, as quais estão muito presentes na sociedade brasileira (diferenças de renda, posição ocupacional e social, nível educacional). Mesmo observando avanços, a realidade está longe de ser superada, social e culturalmente. (BASTOS, 2016, p. 21).

Não é nenhuma novidade que o Brasil é um país de base colonial e escravista, o que evidencia um passado de muita violência e exploração racial. Nesse contexto, a partir dos séculos XVIII e XIX a escravidão começou a ser questionada na Europa primeiro por conta das ideias iluministas e liberais, sendo enfatizada nos cenários nacionais e internacionais a ideia de que as pessoas tinham direitos fundamentais como a liberdade, mas também por algumas razões econômicas.

Como resistências nacionais, dentro do próprio Brasil, mencionamos as variadas manifestações culturais e também os quilombos que era o lugar onde os escravos fugiam, uma espécie de refúgio para ficar distante da escravidão. Sabemos que, para além de ser um fato histórico, a escravidão também foi muito mais do que um sistema econômico. Diante disso, o autor Nascimento explica que

A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. Contra Abdias se pode dizer que essa realidade não foi, ainda, suficientemente estudada pelos cientistas sociais (NASCIMENTO, 2016, p. 11).

Sabe-se que a figura do negro no Brasil pós-colonial ainda é passível de preconceitos e falácias, muitos os julgam como seres inferiores intelectualmente.

Porém, o despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambas vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 2016, p. 45).

A obra de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, entre muitas outras coisas, é um testemunho histórico e revela sinais de sentimento nacional, a dor de ser negro, o negrismo e o indigenismo.

Conforme elucidam os autores que estamos mobilizando, Pamplona (2010) e Nascimento (2016), essas ideias foram muito bem recebidas pela pequena elite intelectual do país que se reuniu nos diversos institutos de pesquisa educacional e científica criados no século XIX.

É fato sabido que, nesse período da História do Brasil, houve também o fortalecimento e amadurecimento de alguns centros nacionais de ensino e pesquisa, como museus etnográficos, faculdades de direito e medicina, institutos históricos e geográficos, a eles e descartando ou adaptando o que não correspondia à realidade brasileira.

Há na obra de Joaquim Nabuco (2011) uma mensagem explícita de que a chamada abolição da escravatura já se mostrava urgente e necessária, pois os próprios escravizados estavam se organizando para uma tomada de consciência, como é visível no excerto a seguir:

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista (NABUCO, 2011, p. 19).

Diante do que temos elucidado até o momento, o livro de Joaquim Nabuco deve ser entendido como uma forma de intervenção política, uma vez que o autor seleciona argumentos e conceitos por meio de uma projeção vinculada a sua cultura e prática política. As teorias raciais se generalizaram na Europa em meados do século XIX e só chegaram ao Brasil no final do século.

A escravidão, a princípio, pareceria uma coisa boa, mas com o passar dos anos traria prejuízos ao país, levando à falência milhares de camponeses, que seriam empurrados para o serviço público. Assim, ao denunciar a escravidão como principal entrave ao desenvolvimento do Brasil e sublinhar as vantagens obtidas com a mão-de-obra gratuita, Nabuco conseguiu destacar aspectos importantes da sociedade brasileira da época.

### **2.3 O negro representado em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890)**

Em *O Cortiço*, Aluísio Azevedo (2009) revela aspectos do Rio de Janeiro com umas relações sociais construídas no choque amoroso e aproveitador entre Bertoleza e João Romão, com relações de imposição e submetimento da personagem preta diante do protagonista. *O*

*Cortiço*, lido também pela colega de dissertação deste Mestrado Andressa de Jesus, é obra do Naturalismo, movimento no Brasil que teve em Aluísio de Azevedo o seu ponto máximo, também autor de *O Mulato*, considerado pela o primeiro romance naturalista publicado no nosso País.

Conforme pontuam os críticos literários, usamos aqui as palavras de Santos (2018, p. 9), para ilustrar que “nas narrativas Naturalistas, as características e ações dos personagens são constantemente associadas aos animais, como se os humanos sempre agissem levados por impulsos instintivos e animaisescos”.

Levando em consideração as informações do parágrafo anterior, é possível perceber na obra em análise que a personagem Bertoleza é uma mulher negra representada de forma caricata no enredo envolvendo as relações estabelecidas com João Romão e as demais personagens constantes na obra. Na trama, é possível encontrar traços característicos da verossimilhança, a saber reflexos na realidade do momento em que foi produzida a obra. Nessa via de interlocução, identifica-se que todo o cenário de *O Cortiço*, tanto o cenário físico como o social, é verossímil, constata-se que a maioria das pessoas que habitavam estes quartos eram negros e podiam ser ex-escravizados realidade que, à propósito, não é muito distante do cenário atual das periferias urbanas no Brasil.

Ao proceder uma análise pormenorizada da personagem Bertoleza, Santos (2018, p. 7) compreende que

Dentre todas as histórias que entremeiam o romance, a relação amorosa entre Bertoleza e João Romão é o que servirá como motivadora para estudo de alguns sentidos da liberdade de mulheres negras no imediato pós-abolição. Bertoleza, afinal de contas, é personagem criada por Azevedo para politizar o tema. Com isso, é importante lembrar que não se é possível estudar o pós-abolição sem antes retornar algumas poucas décadas antes da Lei Áurea para buscar algumas raízes do meio ao qual estão emersas essas mulheres.

A relação entre a personagem Bertoleza e João Romão não é uma relação típica de romance no sentido primitivo do termo, mas sim é uma relação de abusos, de explorações e é um jogo de poder em que a preta perde. Na narrativa, o autor constrói uma história que não se concentra apenas em personagens humanos; além dos moradores, o prédio de apartamentos em si também é uma característica marcante. E não era qualquer prédio de apartamentos, Azevedo (2009) está construindo uma versão fictícia e transmitindo experiências verossímeis que teve, com o caso da relação entre João Romão e Bertoleza.

Assim, após o fim trágico de Bertoleza, procedemos a reflexão de que as interações sociais entre homens brancos e mulheres negras naquele contexto, século 19, demarcado pelo

final da escravidão, não eram saudáveis e eram permeadas de abusos diversos, ameaça à dignidade e, sobretudo, à vida das mulheres negras. Não raro, os ecos dessa regularidade podem ser constatados também na contemporaneidade.

#### **2.4 O negrismo em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933)**

*Casa Grande e Senzala*, é considerado “o grande clássico da sociologia brasileira e um dos grandes livros desta ciência mundial”, por vários autores, tais como Pimenta (2016), para o qual o livro “é uma obra surpreendente e esclarecedora sobre a educação do povo brasileiro com todas as suas qualidades e vícios, e foi muito importante compreender a importância dos povos indígenas e principalmente dos negros para o desenvolvimento racial e cultural do Brasil”. O autor pontua também que *Casa Grande e Senzala* é um dos livros mais complexos do mundo.

Diga-se que *Casa Grande e Senzala* é obra que destaca muito a educação popular original, num Brasil em que Gilberto Freyre disse que (2003) nunca se tentavam esconder “esses sofrimentos de uma sociedade patriarcal analfabeta e violenta desde a infância”.

Se o sociólogo pernambucano defendeu a vantagem do resultado da escravidão, seria porque ela não teria sido tão brutal e segregadora como foi a colonização espanhola ou a colonização inglesa na América do Norte, uma teoria que até os sociólogos americanos tem reconhecido fora dos testemunhos, daqueles que testemunharam os acontecimentos daquela época. Freyre (2003) defende “a colonização portuguesa porque não foi culpado da colonização espanhola, do fanatismo religioso promovido pelo Concílio de Trento, nem do racismo e do conceito de pureza racial da colonização protestante da América do Norte”.

Fazer a busca e compreender melhor a inserção dos indivíduos e de grupos sociais, particularmente os negros, no contexto da sociedade capitalista brasileira. O autor Destaca que:

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas europeias (FREYRE, 2003, p. 34).

Desde o início, o clero não respeitou nem a pureza de fé nem os votos de castidade. Isso impediu que o fanatismo religioso hispânico penetrasse o solo brasileiro, mas o baixo zelo e os preconceitos do clero os levaram a negligenciar a educação dos "brancos" e até a excluir



"pessoas de cor" dos seminários, *Casa Grande e Senzala* ficou famosa pelos seus capítulos sobre a sexualidade do Brasil colonial.

Significativa é a descoberta de Freyre (2003) de que “não foram os povos indígenas ou negros da África que tornaram o brasileiro famoso por suas promiscuidades sexuais”. Mais do que o *frenesi* sexual dos europeus, foi a promiscuidade da escravatura e o sistema patriarcal da colonização portuguesa que serviu para criar um ambiente de sexualidade prematura e propagação de doenças venéreas como a sífilis, doença europeia por excelência. De acordo com o autor, tanto os índios quanto os negros eram povos muito pouco sexualizados e nem remotamente possuíam a malícia sensual dos europeus.

A partir do modelo capitalista agrário implantado no Brasil, que escravizou índios, negros e até alguns imigrantes, abençoado pela religião que acompanhava os colonizadores, nasceu e se desenvolveu o racismo, em patamar mais discreto do que o da época escravista. Gilberto Freyre explica assim

A importância do clima vai sendo reduzida à proporção que dele se desassociam elementos de algum modo sensíveis ao domínio ou à influência modificadora do homem. Parece demonstrado, por experiências recentes, que nos é possível modificar pela drenagem a natureza de certos solos (FREYRE, 2003, p. 74).

Freyre (2003) também pontua que a “miscigenação racial se deu pelo fato de poucas mulheres brancas estarem disponíveis para os colonizadores”. A igreja incentivou o casamento com mulheres indígenas, mas não com mulheres negras africanas, lembra Gilberto Freyre. Negros e mestiços não teriam acesso ao sacerdócio. A igreja pouco se importaria com a educação dos negros.

Quanto aos índios e “ao sistema missionário criado pelos jesuítas”, Gilberto Freyre (2003) acredita que “o sistema só poderia falhar dessa forma, pois deu aos índios pouca autonomia e em vez de ensinar-lhes o trabalho manual, o que teria sido mais adequado se os missionários, se os franciscanos, os jesuítas, tentavam ensinar latim e monogamia aos índios”. Não poderia funcionar, é claro. Crianças brancas, mestiças e negras cresceram na floresta porque quase não havia escolas e havia pouca educação religiosa. Diante dessas questões, o autor supracitado aponta para uma das raízes de nossa sociedade violenta. O menino branco da Casa Grande aprendeu desde a infância a ser cruel com os animais e seus "subordinados", ou seja, mulatos e negros.

Assim, de acordo com o autor, esse "garotinho" negro ou mulato, que sempre acompanha a criança branca em sua infância, serve mais como um "saco de pancadas" e

laboratório da futura violência patriarcal que será exercida contra outras pessoas, principalmente mulheres, na idade adulta. O patriarcal brasileiro herdou o costume de se apoderar da mulher ou de "lavar a honra" quando se sentiu traído por Portugal, que por sua vez conhecia muito bem os costumes muçulmanos da região.

Como disse no início do texto, Freyre (2003) não “romantiza o sistema colonial e escravista criado por Portugal no Brasil”. A partir da análise que realizamos, ressalta-se que além de possuir um caráter poético, o livro aponta questões sociais fundamentais para o entendimento da formação racial brasileira.

### SEÇÃO 3: VOZES DA NEGRITUDE EM CONFRONTO COM O RACISMO PRESENTE NA CULTURA DA BRANQUITUDE

Teorias sociais produzidas por mulheres oriundas de grupos diversos não costumam surgir da atmosfera etérea de sua imaginação. Ao contrário, elas refletem o esforço dessas mulheres para lidar com experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião” (HILL COLLINS, 2019, p. 9).

Nesta Seção, propomos acrescentar um trecho que veio de outra tentativa anterior de abordagem nossa, trazendo vozes referenciadas de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo, duas autoras representantes talvez principais dentre as vozes da “Negritude”, que se insurgiram já na segunda metade do século XX e perduram até o presente século XXI. Contextualizamos aqui que, entre essas duas autoras escolhidas para dialogar conosco, há outras vozes igualmente importantes, tais como a obra autobiográfica *Leite do Peito*, da autora Geni Guimarães que escapa aos alcances de nossa análise, mas que tem uma importante representatividade dentro do movimento Negritude, com o qual estabelecemos relações analíticas e contextuais.

Pontuamos ainda que, na Seção anterior, as obras escolhidas partiram de representações do negro por homens, em sua maioria, brancos e inscritos em um contexto social bem diferente das autoras com as quais dialogamos nesta Seção. Aqui, é crucial a percepção de que as representações dos negros, sobretudo, das mulheres negras, ganham maior propriedade e verossimilhança porque estão inscritas num discurso que parte de um lugar de fala legítimo. A saber, mulheres negras escritoras, representando mulheres negras contextualizadas na sociedade brasileira contemporânea.

Ressaltamos que os negros, em particular, a mulher negra, só conquista um espaço nos debates intelectuais muito recentemente, tendo em vista todas as questões estruturais e estruturantes do racismo que tem se perpetuado na sociedade brasileira, delimitando e cerceando a voz da Negritude.

Mais recentemente, temos muitas autoras contemporâneas que têm se empenhado em construir uma narrativa que confronta o racismo e as múltiplas formas de privilégios que estão embutidos na cultura da branquitude. Dentre as referidas autoras, citamos aqui Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo codinome de bell hooks, umas das vozes mais representativas da Negritude contemporânea, voz analítica desse movimento da Negritude, que nos deixou recentemente no dia 15 de dezembro de 2021, aos 69 anos, sempre expondo seu pensamento feminista diante das diversidades enfrentadas pelas mulheres. Xavier (2021) destaca que a

escritora ficou conhecida por expor as relações íntimas entre o racismo e os papéis de gênero na sociedade.

Frisamos ainda, a representatividade e importância das ideias levantada por Patrícia Hill Collins autora da citação que epigrafa este tópico. Diante disso, nos tópicos que seguem, apresentamos uma breve análise das vozes que insurgem a partir desse debate. E ressaltamos que essas vozes, conforme pontua Hill Collins (2019, p. 9) “refletem o esforço dessas mulheres para lidar com experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião.”

### **3.1 *Quarto de Despejo versus a Branquitude***

O livro *Quarto de Despejo*, obra de Carolina Maria de Jesus (2014), focaliza a temática racial e étnica. Em nossas análises, compreendemos que a mensagem central do livro supramencionado é a de que é possível superar as barreiras raciais, fato que resulta em uma sociedade mais diversa, pois a autora deixa subentendido que as diferenças nada têm a ver com desigualdade ou desnível social. Atentando-nos a alguns trechos dessa obra que faz referência a elementos da Branquitude. Dessa forma, discute-se aqui a visão do branco em relação a si mesmo, a partir do livro em análise.

Em linhas gerais, os temas enfatizados na literatura afro-brasileira envolvem questões que rodam os negros, tais como: racismo, desigualdade, estereótipos, religião, sociedade etc. Já a obra *Quarto de Despejo*, de cunho autobiográfico, conta a realidade de Jesus (2014), com base na contraposição do elemento branco e o elemento negro, na perspectiva das relações étnico-raciais observadas as questões relacionadas à Branquitude. Ela contou a vida trágica nas favelas e revelou as lutas e obstáculos que enfrentou para sobreviver, devido à cor de sua pele e os consequentes infortúnios pelos quais teve que passar em decorrência de ser negra em uma sociedade racista. Nesse contexto, é possível entrar em contato com a experiência escrita das “diferenças”, o que surge dos brancos e das estruturas patriarcais, e o que surge nas especificidades históricas e sociais da população negra brasileira no século XX.

Nessa ficção autobiográfica, a voz da mulher negra e favelada insurge-se, a despeito de todo preconceito e dificuldade, para falar sobre a desigualdade racial e a pobreza contra a qual ela luta para sobreviver todos os dias. O trabalho de Carolina de Jesus (2014) é uma ferramenta para condenar a opressão e a exclusão racial dos pretos pela Branquitude. Esta autora revela

uma reflexão de quem está à margem da sociedade, a partir do seu Quarto de Despejo, onde pessoas excluídas da sociedade são colocadas, expulsas e esquecidas. O silêncio da voz do subordinado envolve aqueles que nunca podem falar sobre si mesmos, sua dor e suas necessidades.

Desse modo, livros como o de Carolina Maria de Jesus nos trouxeram uma espécie de literatura marginal, "revolucionária" e de resistência, desviando-se completamente dos padrões estabelecidos pela chamada literatura clássica, não atendendo aos parâmetros intelectuais dos brancos racistas brasileiros.

A autora Sovik (2009), em estudos sobre a Branquitude no Brasil e em outros países, considera que as pessoas concordam que as identidades raciais brancas são diversas. No entanto, ao buscar uma definição geral, a Branquitude parece referir-se à identidade racial branca, porque se constrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global, com a escracidação histórica ao fundo do processo de discriminação.

Ademais, a autora compreende ainda que:

a supervalorização do branco é um fenômeno mundial, com particular vigência em lugares que foram colonizados por europeus que implantaram a escravidão. A Branquitude, na visão de críticos estrangeiros, não é uma abordagem teórica "estruturas internas complexas e medonhas", uma "categoria de análise", "conjuntos de fenômenos locais complexamente arraigados na trama das relações socioeconômicas, socioculturais e psíquicas [...], ela é um processo, não uma 'coisa'. (SOVIK, 2009, p. 18)

Ruth Frankenberg, que é uma renomada pesquisadora neste assunto, definiu (2004): "A Branquitude é um lugar estruturado a partir do qual os sujeitos brancos podem ver os outros", e eles assumem uma posição de poder, um "lugar confortável" do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo.

Ao observar esse grupo de brancos à distância, de repente, pode aparecer a impressão de uma brancura uniforme, mas quando você olha mais de perto dá para ver como os brancos são diferentes. Os teóricos, tais como Frakenberg (2004) e Sovik (2009), apontam que o principal denominador comum são os privilégios que os brancos obtêm em uma sociedade racista, tanto local quanto globalmente. Além disso, a brancura, obviamente, envolve também o aspecto físico de identificação de uma pessoa ou grupo, porém, vai além dessa característica. A brancura também é uma das características da própria brancura, ou seja, mesmo que uma pessoa não tenha brancura, ela pode se identificar perfeitamente como branca.

É difícil para os brancos reconhecer sua própria brançura, pois por muito tempo, o mundo foi moldado por mestres brancos, portanto, isso causa o efeito de normalização da brançura. Estamos acostumados a entender que os brancos são inerentemente melhores na sociedade, esquecendo que essa posição ocupada pela Branquitude é, como dizem os autores com os quais estamos dialogando neste tópico, historicamente construída. Essa aparente normalidade de ser branco não causa discussão (principalmente no Ocidente), pois uma vez naturalizado, o branco dificilmente é questionado.

Os últimos cinco séculos, diretamente relacionados à formação de nossos contemporâneos, foram repletos de colonialismo, escravidão e genocídio defendidos por nações europeias e brancas. Portanto, propor discutir o que significa ser branco é admitir que os brancos estão relacionados aos fatos acima mencionados. O índice de desempregados negros é sempre superior ao dos brancos, os negros possuem salário inferior ao dos brancos, embora exerçam muitas vezes a mesma função.

Nesse contexto, consideramos relevantes os relatos contidos na obra *Quarto de Despejo*, pois a autora Carolina Maria de Jesus relata, o preconceito racial em sua face mais escrachada, além de revelar suas dificuldades financeiras nesse cenário desigual de poder socioeconômico entre brancos e negros, conforme consta no excerto abaixo:

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. (JESUS, 2014, p. 5.)

Embora repleta de situações particulares e eventos originais da vida da autora, a obra como um todo reflete elementos muito verossímeis, recheados de coincidências e similaridades, sobre a vida da maioria das pessoas negras no Brasil. Mesmo depois da abolição da escravatura negros sem estudo, sem terras, sem profissão, sem heranças dos pais, afinal não tinham muitas chances de conseguir ascensão social.

A desigualdade econômica é gerada principalmente na desigualdade social, pois ela limita o acesso das pessoas à educação, saúde, liberdade de expressão, moradia de qualidade, transporte, lazer, serviços e bens sociais.

No Brasil, ainda há a desigualdade econômica e a desigualdade social sobre as quais Carolina de Jesus (2014) escreve em tom de denúncia na década de 1960. É fato que desigualdade socioeconômica e relações desiguais de poder raciais são dois fatores ainda muito fortes na nação brasileira, e preocupante quando relacionado a população negra.

### 3.2. As diversas faces de Conceição Evaristo

Destacaremos várias facetas da nossa autora:

#### a) A professora

Maria da Conceição Evaristo de Brito, de acordo com informações coletadas no Portal<sup>1</sup> da literatura afro-brasileira, “nasceu em 29 de novembro de 1946, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e mudou-se, em 1973, para o Rio de Janeiro, onde se graduou em Letras pela UFRJ e seguiu carreira no magistério, lecionando na rede pública fluminense até aposentar-se no ano de 2006”. Posteriormente, fez Mestrado em Literatura Brasileira, na PUC Rio, e doutorado em Literatura Comparada, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Conceição se aposentou da carreira de docente no início dos anos 1990, mas seguiu atuando como professora convidada em diferentes instituições de ensino superior no Brasil e no exterior (LITERAFRO, 2021).

Conceição Evaristo destaca a sua ligação com o magistério e a importância da carreira, desde os primórdios da história da educação brasileira, afirmando que gosta muito de pensar na história da vida e na profissão de ensinar. Destaca o professor leigo, afirmando que eles foram responsáveis por ensinar as primeiras letras, reconhecendo a luta deles quando se trata de reconhecimento profissional (BAHIA, 2020).

De acordo com Conceição Evaristo, pensar em história de vida e profissão é pensar, ainda, que o processo de ensino e aprendizagem se dá também fora da escola. De forma que para educar não é necessário estar precisamente dentro de uma escola, mas se educa também em outros lugares sociais, como, por exemplo, as casas de axés e os blocos afros, que muitos ensinaram e ensinam sobre cultura africana (BAHIA, 2020).

Evaristo conta que sonhava em ser professora, sendo este um sonho infantil, mas que ela desde os 9 anos lecionava para seus irmãos. E de maneira geral expressa um sentimento de gratidão por ter lecionado, e pela oportunidade que teve de ensinar e de aprender nesta carreira (BAHIA, 2020).

De acordo com Renato Farias –aluno da escritora em curso de pós-graduação em literaturas africanas de língua portuguesa–, a professora em questão leciona fazendo uso da afetividade para que o educando abra espaços em si para compreender o mundo que ela apresenta. Ela se debruça em literaturas clássicas como em autores poucos conhecidos e abre a possibilidade de visão transformadora dentro do contexto literário, de forma a levar a agir

---

<sup>1</sup> Acesso ao portal disponível em (devolve o link, Mari): [Conceição Evaristo - Literatura Afro-Brasileira \(ufmg.br\)](http://ufmg.br)

politicamente dentro das famílias, mostrando o racismo dentro das histórias, revelando novos pontos de vistas sobre as leituras, e assim, pode ser considerada uma professora ativista da Negritude que é capaz de grandes revoluções individuais e coletivas (ITAÚ Cultural, 2021).

#### b) A escritora afro-brasileira

Conceição Evaristo, além de professora é escritora romancista, poeta, ensaísta, militante negra, sendo considerada um dos grandes nomes da literatura brasileira contemporânea. Suas obras têm por base as seguintes temáticas: discriminação racial, de gênero e classe, busca dar visibilidade para a complexidade cotidiana e existencial da mulher negra na sociedade brasileira (CAMPOS, 2011).

Como mulher negra, escreve sobre sua condição e ancestralidade, o que define como “escrevivência”. A escritora explica que quando escreve é como se vingasse, e vagueia, para depois explicar que ao escrever é um gesto de teimosia e esperança, no qual ela fere o silêncio imposto (PAIVA, 2017). Nesse sentido, a autora cita que: “a nossa escrevivência não pode ser lida como uma história de ninar para os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Na lista que segue, indicamos algumas das obras da autora Conceição Evaristo:

- *Becos da memória* (2006) – romance;
- *Ponciá Vicêncio* (2003) – romance;
- *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) - contos;
- *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008) - poesia;
- *Olhos d’água* (2014) - contos;
- *Canção para ninar menino grande* (2018) – romance.
- *Histórias de leves enganos e parecidoças* (2016) - contos e novela;

Portanto, sua condição de mulher negra marca sua escrita de uma forma consciente. Foi criada na periferia ela traduz em sua escrita o sentimento da pobreza da discriminação, lembranças do não privilégio, dando sentido para o conceito criado por ela “escrevivência”.

#### c) A crítica literária e a vivência no Instagram

A escritora Conceição Evaristo faz uso das redes sociais, por meio Instagram oficial da escritora, que é cotidianamente atualizado por sua assessoria de comunicação, ela tem cerca de 175 mil seguidores, na qual ela publica e divulga suas *lives*, congressos e conferências, bem



como sua agenda e suas “escrevivências”. A escritora considera que a função social da arte vem sendo cumprida por uso de veículos como mídias sociais também. Haja vista que, segundo ela, “a arte te leva lazer, encantamento, mas ela pode também te tirar fora do lugar para você pensar outras realidades”.

As mídias sociais trazem uma liberdade de expressão e de abertura a diversos públicos, de forma a globalizar a informação e a arte. Pois, quando Conceição Evaristo fala da sua carreira ela afirma ser necessária questionar as regras que a fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos de idade. O primeiro livro dela foi publicado 20 anos depois de ser escrita, ela acredita que isso se deve ao fato de ser negra, e por isso a obra carrega a subjetividade na própria narrativa, e as editoras rejeitavam (CARNEIRO, 2018).

Salienta ainda, que a temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, relações raciais, não é muito bem aceita. Só é bem vista quando não é reivindicativa, como as folclóricas. Ela espera contribuir para que a visibilidade da sua obra tenha reflexo positivo para procura de outras obras de autoria negra, de mulheres e de homens. E deixa como mensagem a importância de se construir o presente sem perder a linha histórica, tomando por referência as mulheres que percorreram o caminho para que hoje tenha conseguido esse reconhecimento (CARNEIRO, 2018).

Conceição explica que, quando escreve e inventa, quando cria a ficção dela, não se desvencilha de seu “corpo-mulher-negra em vivência” e por isso, viveu e vive experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta (EVARISTO, 2007). E ela valoriza os movimentos sociais, a mídia como veículo, pois, afirma que os movimentos sociais têm esse poder de questionar, de importunar. Além disso, a autora destaca a necessidade de representatividades negras nas redes sociais e cada vez mais interage no instagram, sendo na última década descoberta por um público mais amplo do que o Movimento Negro.

### **3.3 Alguns Contos de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres***

A obra *Insubmissas lágrimas de Mulheres*, de autoria da Dra. Conceição Evaristo (2016), cujo próprio título já denota, é em toda sua extensão marcada por resistências e protagonismos de mulheres negras. Apesar de obedecer a uma sequência verossímil, mais ou menos consciente, a obra é apresentada por treze contos interdependentes.

Os treze contos simbólicos representativos das histórias de luta e realizações das mulheres negras recebem, cada um deles, o nome próprio das personagens protagonistas. A

própria escolha dos títulos dos contos é, em si mesma, uma posição política adotada pela autora Conceição Evaristo, a saber, a postura de nomear aquelas mulheres fortes em suas resistências e enfrentamentos. Mulheres que, em muitos momentos de suas trajetórias, passam despercebidas por ocuparem postos invisíveis dentro dessa sociedade de classe da qual somos parte.

Neste tópico, pontuamos alguns trechos da obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, sobretudo, a partir das análises da autora Severiano (2018), que dedicou toda a sua Dissertação de Mestrado ao estudo analítico da obra com a qual dialogamos neste tópico.

De acordo com Severiano (2018, p. 94), “o intuito do conto *Isaltina Campo Belo*, um dos treze contos que juntos compõem a obra, é analisar a sexualidade e as esferas que conceituam a violência nas relações de gênero”. A autora considera ainda que as mais variadas esferas que, de acordo com ela (p. 94) “conceituam as formas de violência vivida pela personagem negra neste conto será o objeto de análise mediante os padrões que seguem a questão identitária em relação a sexualidade e ao gênero”, no sentido de que tanto gênero quanto a sexualidade das mulheres negras segue o que Severiano chama de “um lento processo de dissolução tanto na sociedade quanto no campo literário”.

No excerto abaixo, podemos identificar a temática da sexualidade em relação com a reprodução humana presente no conto *Isaltina Campo Belo*:

Ela dizia, com aparente calma, que talvez o médico precisasse fazer um “cortinho” na minha barriga. Apesar da dor, eu quase sorria e desejava que tal fato acontecesse. Ali estava a minha chance. O médico iria descobrir quem era eu, lá por debaixo de mim, e contaria a todos. Então, o menino que eu carregava, e que ninguém via, poderia soltar as suas asas e voar feliz (EVARISTO, 2016, p. 58).

Dessa forma, na análise de Severiano (2018), o conto supracitado evidencia os múltiplos estereótipos que rotulam as mulheres negras e homossexuais, além do que, outros demarcadores sociais da diferença, tais como a etnia, a identidade, as relações de gênero, e a sexualidade são explorados pela autora Evaristo (2016).

Além dos temas que levantamos no parágrafo anterior, Evaristo (2016) também toca em um ponto sensível das relações sócio raciais e de gênero em nossa sociedade, qual seja, a violência física, sexual e psicológica que, no conto *Isaltina Campo Belo* ganha proporções similares àquelas enfrentadas pelas mulheres negras reais. Ademais, as personagens retratadas por Evaristo (2016) também são protagonistas de enfrentamento às mais variadas formas de violência simbólica exercida por intermédio da atuação figuras típicas representativas da sociedade patriarcal representada pela autora.

Aqui, entendemos como patriarcado, entre muitas outras coisas, aquelas ideias defendidas por Lerner (2020) em *A Criação do Patriarcado*. A autora afirma que a sociedade de classes teria vindo a partir da dominação sobre as mulheres pelos homens e, em seguida, se ampliou para a dominação de homens por outros homens. Dessa forma, era do interesse dos opressores a exclusão dos oprimidos na participação e formação do sistema simbólico.

Portanto, o conto aqui analisado nos possibilita uma reflexão sobre questões relacionadas às diversas formas de violência, preconceitos e racismo sofridos por Isaltina Campo Belo, personagem descriminalizada e estigmatizada devido a sua sexualidade e enquanto sujeito feminino negro, mas também que ecoa o seu grito a partir de um espaço insubmisso, de onde pode negar a condição de oprimida historicamente (SEVERIANO, 2018, p. 96).

Isaltina Campo Belo, assim como todos os títulos dos contos que compõem a obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, é o nome da protagonista que dá título ao conto. A primeira parte da história já evidencia uma narrativa no entorno do ser negro diferente do que se costuma ler no cânone da literatura brasileira, visto que Isaltina traz à memória relatos de orgulho reafirmando a sua ancestralidade, e sobretudo, indicando também que sua família “enegrecida” detinha uma estabilidade financeiramente e um nível de intelecto, fato pelo qual não é comum encontrar na literatura clássica tradicional. Como podemos constatar no excerto seguinte onde a autora Conceição Evaristo (2016) narra parte da trajetória da personagem protagonista do conto:

Tive uma infância sem muitas dificuldades. Meu pai trabalhava como pequeno funcionário da prefeitura e minha mãe como enfermeira do grande hospital público da cidade. Éramos muito conhecidos e bem aceitos. Nossa família, desde os avós maternos de minha mãe, já se encontrava estabelecida na cidade. Eles tinham chegado ali como negros livres [...] com uma parca economia. Minha mãe, orgulhosamente, sempre nos contava a luta de seus antecedentes pela compra da carta de alforria. Histórias que eu, meu irmão e minha irmã ouvíamos e repetíamos com altivez, sempre que podíamos, na escola (EVARISTO, 2016, p. 56-57).

Severiano (2018, p. 99) percebe que “toda essa dissonância de sentimentos e sensações vivida ao longo da narrativa”, delineia um processo de extrema relevância, a saber, a construção da identidade de gênero. No sentido de que, no enredo, a personagem Isaltina começa a se enxergar em transformação ao longo da trama e essa autopercepção da própria personagem sobre si mesma vai, de acordo com Severiano (p. 69) “em desencontro à dita ordem natural sistêmica do biologismo. Isaltina passa a entender que é uma mulher, de fato, e até se admira por isso, porém, o que lhe põe em dúvida é o não reconhecimento de si mesma como tal”.

Outro conto que compõe a obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* é o *Aramides Florença* cuja protagonista é aparentemente uma mãe feliz, que demonstra todo seu amor e a felicidade de amamentar seu filho, Emildes Florença. No enredo desse conto, a personagem

vive o que seria considerado um ideal de história de felicidade na cultura patriarcal, antes e durante sua gestação. Tudo parecia perfeito. Conheceu o pai de seu filho, se amavam e juntos enfrentaram os desafios impostos a um casal, juntos desfrutaram da felicidade de construir uma vida juntos. E a gravidez vinha selar aquele momento, toda sua felicidade.

Mas não foi bem assim que aconteceu na de vida de Aramides, pois, seu marido demonstrou um certo ciúmes já no final de sua gravidez, do bebê que estava por vir. As desconfianças sobre o então marido dela, surgiram quando ele deixou “sem querer” uma gilete na cama, que lhe cortou a barriga. Por mais superficial que tenha sido o corte, atingiu sua desconfiança, lhe deixando intrigada.

Um dia, algo dolorido no ventre de Aramides inaugurou uma perturbação entre os dois. Já estavam deitados, ela virava para lá e para cá, procurando uma melhor posição para encaixar a barriga e, no lugar em que se deitou, seus dedos esbarraram em algo estranho. Lá estava um desses aparelhos de barbear, em que se acopla a lâmina na hora do uso. Com dificuldades para se erguer, gritou de dor. Um filete de sangue escorria de um dos lados de seu ventre. Aramides não conseguiu entender a presença daquele objeto estranho em cima da cama (EVARISTO, 2016, p. 13).

Em outra ocasião, no banheiro de sua casa a suspeita de um sentimento conflituoso entre seu esposo e ela foi-se confirmando, quando ele novamente a machucou. Ela se olhando no espelho, vendo maravilhada as mudanças ocorrendo em seu corpo, sentiu novamente um atentado, por parte do pai de seu filho que novamente “sem querer”, lhe desferiu com um cigarro aceso na barriga e lhe queimou. Ela sentiu muita dor e na mesma hora ela já sentiu que iria para maternidade. A bolsa se rompeu e a criança veio ao mundo.

Pelo espelho, viu o seu homem se aproximar cautelosamente. Adivinhou o abraço que recebera por trás. Fechou os olhos e gozou antecipadamente o carinho das mãos do companheiro em sua barriga. Só que, nesse instante, gritou de dor. Ele, que pouco fumava [...] acabara de abraçá-la com o cigarro aceso entre os dedos. Foi um gesto tão rápido e tão violento que o cigarro foi macerado e apagado no ventre de Aramides. Um ligeiro odor de carne queimada invadiu o ar. Por um ínfimo momento, ela teve a sensação de que o gesto dele tinha sido voluntário (EVARISTO, 2016, p. 14).

Logo após o nascimento da criança, Aramides deixou para trás a suspeita, tanto era grande a sua felicidade. Porém, o ciúme, a posse e todo sentimento real de seu marido se revelou em seu ato cruel de tirar a criança do seio da mãe, lhe atirar ao bercinho, ainda chorando e estuprar a esposa de resguardo, num ato selvagem. Escorria-lhe sangue e jorrava-lhe o leite materno, quando o pai da criança consumou o ato e após cometer tamanha violência disse que não a queria mais, pois, ela não era só dele, como teria sido antes.

A história de Aramides Florença se assemelha a de muitas mulheres, e a narrativa é uma denúncia que merece reflexão, discussão e debates, pois, se percebe que ela sofreu vários tipos de violência, tanto física como psicológica. O homem a magoou no seu íntimo, ofendendo-a

como mulher, como mãe e como sua esposa e companheira, todos os sentimentos depositados em uma relação foram ali abandonados, ignorados e ultrajados.

Seguindo no rol de contos, encontramos a personagem Maria do Rosário Imaculada dos Santos que, de acordo com Severiano (2018, p. 72) “carrega consigo o protagonismo de uma história de violência que vai além da experiência individual, pois narra a trajetória de uma mulher usurpada do seio de sua família por desconhecidos, quando ainda menininha”.

No enredo do conto, Maria do Rosário foi vítima de sequestro e passou toda a infância, adolescência e juventude sem ter acesso à liberdade. No excerto abaixo, a narradora personagem descreve o momento exato em que foi subtraída de seu grupo familiar.

Era tão raro passar por ali algum automóvel. As outras casas começaram a se movimentar também e, em poucos minutos, a nossa população familiar estava toda eufórica assistindo ao gratuito espetáculo. Um jipe e um casal estrangeiro (depois, com o tempo, descobri, eram pessoas do sul do Brasil) em nossas paragens. Parraram em nossa porta, desceram, conversaram conosco e ofereceram aos grandes, caso eles permitissem, um passeio com a criançada. Foi permitido. Os dois iam à frente e a meninada atrás. Deram duas ou três viagens. Na última só faltava eu e um dos meus irmãos, o maior, o Toninho. Subimos contentes e o carro aos poucos foi ganhando distância, distância, distanciava a escurecer, pedimos ao moço e moça para fazer o caminho de volta (EVARISTO, 2016, p. 45).

Para Severiano (2018, p. 75), a autora considera que o fato mais intrigante da trama “é que a menina teve uma casa digna para viver os seus dias aprisionados, teve alimentação, teve o auxílio de uma pessoa a qual lhe ensinou a ler e escrever [...] e teve ainda, as necessidades atendidas”. Portanto, quando fazemos a ligação da narrativa com a violência sofrida pelos povos da África trazidos para países da América, com suas identidades usurpadas e sem reconhecimento íntegro. Não bastasse o apartar-se de si e do seu ciclo familiar, surge uma inquietação que ameaça as esperanças de Maria do Rosário, trazendo à tona novas rupturas, novas incertezas em par com os temores que assombravam os seus dias. Entretanto o medo de mais um caminho desconhecido a seguir com pessoas estranhas ao seu convívio misturava-se com a esperança.

Em um determinado momento da minha vida, ganhei autonomia, podia ir e vir. Acho que a coragem me faltou. Um temor me perseguiu. Será que a cidade ainda existia em mim? Será que os meus ainda existiam? Será que ainda me reconheceriam como sendo uma pessoa da família? (EVARISTO, 2016, p. 51.)

Diante do excerto da narrativa acima, traçamos um paralelo com as ideias de Fannon (2005), em *Os Condenados da Terra*. De acordo com o autor “por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: “Quem sou eu na realidade?”. No conto em análise, podemos identificar, de forma evidente, esses traços

do comportamento colonial dos sequestradores para com a vítima. O ato de violência simbólica e alienação parental praticado contra Maria do Rosário é uma “negação sistematizada” da dignidade da personagem, foi uma “decisão de recusar qualquer atributo de humanidade” à vítima, tratando-a como um animal irracional cujo bem-estar físico é suficiente, enquanto o emocional foi violado.

### **3.4 A opressão às mulheres negras**

As questões raciais, segundo Carneiro (2003), podem ser opressoras, porém, a intensidade da violência pode ser maior quando lida com um grupo específico, as mulheres negras, pois elas são subjugadas pelos homens e mulheres brancos e também pelo homem negro, sofrem assim com desigualdade e com o machismo. O referido autor ainda explica que isto ocorre desde a colonização, quando as mulheres negras foram igualmente as indígenas violentadas sexualmente. A opressão a mulher negra é imposta por meio de várias violências, entre elas não poderem sentir orgulho de sua raça, pois, não podiam soltar seus cabelos crespos, que estariam assumindo suas características se auto afirmando, contrariando a dominação do estereótipo branco. As características negras foram negativas a ponto de elas negarem suas próprias características. E, de acordo com Thomaz e Vieira (2019, p. 222) “ as estruturas de poder que estão vinculadas a essas questões, oprimindo a forma como as mulheres negras se posicionam e como: Enxergam de seus corpos, o que fazem com eles, o que não fazem, como os mantêm esteticamente, como vivem sua sexualidade, seu envelhecimento, seu prazer, como se divertem ou não com ele, entre outros, todos esses elementos são resultados do poder exercido sobre eles. E ainda é muito erotizada, a qual ainda é vista como serva sexual, sofrendo assédios no meio social. Nota se que as mesmas possuem sua vivência totalmente desprestigiadas socialmente, eram amas de leite das mulheres brancas para que as mesmas não tivessem trabalhos com seus filhos e nem ficassem esteticamente declinadas. Na atualidade não há muitas mudanças, visto que as mulheres negras exercem cargos subordinadas a brancas, como babás, empregadas domésticas, entre outros, porém, em grande parte das ocupações servindo pessoas brancas.

É o que demonstra um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual aponta que “mais de 6 milhões de brasileiros dedicam-se a esses serviços”, como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, e outros contratados “para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres, em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda” (IPEA, 2018).

Todos os apontamentos levam a compreensão que mulher negra ainda é vítima de grande opressão, ou seja, em que pese todos esses meios de racismo e ataques desproporcionais empregados de forma coletiva contra os negros, existe ainda a opressão que recai sobre a mulher negra, que sofre ainda mais com a dominação racial, mas dessa vez não é apenas do homem branco e sim, da coletividade social, pois conforme mencionado por Camila Assis (2018, p. 2) ?As mulheres negras compõem a base da sociedade, estando abaixo da mulher branca, do homem negro e do homem branco?

a mulher negra se encontra na base da sociedade, sendo oprimidas ao decorrer da sua vida e sofrendo violações em diferentes espaços, é essencial que os movimentos sociais de mulheres negras, a força e a luta de mulheres se reúnam em prol de discutir e alcançar a efetivação de direitos nos campos de gênero e raça, além disso é importante a atuação do feminismo, buscando refletir e debater sobre as vivências ímpares das mulheres negras e caminhos para que gradativamente ocorram mudanças que visem igualdade para essas mulheres (ASSIS, 2018, p. 6).

Desse modo, pode-se afirmar que, desde a época colonial a mulher branca sempre esteve acima da mulher negra, nota-se através dos filmes e novelas de época a posição diferenciada entre elas, enquanto a branca é sempre a possuidora de recursos, a empresária, e a negra é a escrava, a empregada. A luta baseia-se na vontade de crescimento e espaço igualitário (ASSIS, 2018, p. 4). Está mais do que estabelecido o racismo que existe no meio social, este que se encontra enraizado nos mais diversos níveis e classes sociais.

### **3.5 A Negritude em confronto com o racismo presente na cultura da Branquitude**

Conforme já mencionamos na primeira Seção desta Dissertação, os estudos sobre a Branquitude, no Brasil e em outros países, estão em consenso sobre o fato de que a identidade racial branca é diversa. No entanto, na busca por uma definição genérica, além daquelas mais teóricas com as quais trabalhamos na Seção 1, podemos entender a Branquitude da seguinte forma: a Branquitude refere-se a um ideal nem sempre revelado abertamente de identidade racial branca porque historicamente já se justifica, privilegiando esse grupo em detrimento dos negros.

Então, pensando a Branquitude brasileira nesse capítulo, examinarei as ideologias, políticas, e discursos formadas ao longo da sua história para manter esse poder hegemônico branco, a ideologia, políticas de imigração, e o discurso nacional de mestiçagem (BRYLOWSKI, 2018, p. 20).

Os valores caracterizam e individualizam os seres humanos, permitindo a previsibilidade e um padrão mínimo nas suas ações e nas escolhas que serão tomadas durante a

vida, possibilitando uma convivência social harmônica. Assim, é fundamental desenvolvermos habilidades para compreender o outro, partindo de uma convivência pacífica entre pessoas com comportamentos, status social, religiões, línguas, costumes, necessidades e cores diferentes.

A conexão entre os conceitos de social e de diversidade surgem em resolução a algumas ideologias que tentam esclarecer as diversidades entre seres humanos com base em uma espécie de pirâmide social.

Portanto, em um momento em que a sociedade cada vez mais se dá conta de que convive diariamente com as marcas das práticas racistas, em todos os seus níveis e das mais variadas formas, assim a Negritude se tornou resistente, passou a buscar por seus direitos e igualdade dentro da sociedade.

Um contexto contínuo onde brancos e negros estão separados por um abismo social desde o nascimento, estes últimos foram forçados a lidar com questões raciais desde cedo, enquanto os primeiros geralmente não veem sua raça. Nessa sociedade, a pesquisa científica sobre os negros e sua história quase sempre gira em torno da escravidão - objeto comum de análise e, de modo geral, esses estudos são conduzidos por pesquisadores brancos. Por outro lado, conceitos como "Branquitude" ao lado de "Negritude" estão se tornando cada vez mais populares nos debates, principalmente em estudos divulgados nas redes digitais, tipicamente ideias intelectuais de quem soube ver a necessidade de buscar equilíbrio social.

Percebe-se que a luta contra o racismo vai bem além do que possamos imaginar, a luta não deve ser apenas para obtenção de espaço na sociedade enquanto profissional, mas também, pela isonomia do pluriculturalismo. Como destaca o autor no trecho a seguir:

Rapidamente, a violência passa a ser exteriorizadas nas colônias, onde se manifestam em brutais atos de opressões. Na imaginação e na prática, representa-se a vida dos indígenas conquistados e submetidos como uma sucessão de acontecimentos predestinados (MBEMBE, 2017, p. 47).

O ser humano é livre e responsável, cabe a ele escolher seu modo de agir, logo, ao conhecer experiências históricas de violência e opressão do passado, como o escravismo, poderemos exercer nosso direito à liberdade de uma forma mais democrática e igualitária.

A Negritude surge efetivamente em confronto e contestação aos ideais e comportamentos tidos como da Branquitude, no sentido de que essa contestação do privilégio de uns sobre os outros sai do individual e passa ao coletivo, negando, pelo esquecimento, o período colonizador escravagista, mas, sobretudo, quando envolve o povo colonizado de pele negra. A evolução político-econômica, dentro e fora do país, evoluiu para esse pan-africanismo,



que apregoa o retorno às origens para reafirmar e lutar pela identidade do negro africano dentro e fora da África. Além disso, em vários pontos do mundo, intelectuais e escritores negros unem-se para romper com o complexo de rejeição e exclusão social.

Sartre (1968, p.222) considera que esse movimento de gênese e justaposição da cultura negra e negação da cultura branca é um antirracismo essencial, em que o indivíduo segue um processo em que morre a cultura branca para renascer a cultura negra. Esse tipo de movimento de reação política, social e cultural produzido por meio da arte em geral e a partir do qual a voz importante dos negros é emitida pelo que chamamos de discurso negro. É esse tipo de discurso que rompe as relações de poder estabelecidas e leva os filósofos a questionar o uso político do francês e das relações sociais e culturais. MUNANGA enfatiza toda essa questão de identidade:

A principal finalidade dos movimentos que envolvem a Negritude são: a busca de uma identidade cultural negra africana; luta pela emancipação dos povos subjugados; uma civilização universal dialógica; e repúdio ao ódio. Ou seja, a Negritude envolve objetivos, ações de cunhos pessoal e coletivo, procedimentos e estratégias, resgate, partilha e transformação. Posto isso, não fica difícil verificar a complexidade e a magnitude desse movimento como tentativa de ruptura do paradoxo. (MUNANGA, 2012, p.222).

Diante desse debate, percebemos o quanto nossa sociedade carece de informações sobre as culturas e artes negras. A falta desse conhecimento afeta as relações raciais sobremaneira, os próprios conteúdos ministrados nos livros didáticos ocultam, distorcem e deturpam a história de lutas, resistências e embates dos povos negros contra o sistema colonial implantado no Brasil. Na educação básica, crianças negras aprendem sobre a suposta bondade da Princesa Isabel, enquanto pouco (ou nada) lhes são mencionados sobre os quilombos, as práticas culturais e as origens de seus ancestrais negros trazidos das mais variadas partes do continente africano.

Diante disso, o surgimento das vozes da Negritude em justaposição com essa voz da Branquitude, que silencia o passado para não reconhecer que os privilégios que tem são frutos de uma injustiça histórica, rompe ecoando gritos de liberdade, de reparação histórica, de identidades resinificadas e resgatadas do embranquecimento. Ademais, a fim de que possam ser compreendidas as demandas destes sujeitos, a fim de não replicar os dispositivos de dominação racial, são necessários ainda muitos embates. Para Sovik(2009) essa realidade de supremacia da Branquitude sobre a Negritude precisa ser mudada:

A predominância de ideias dominantes não é garantida pelo fato de estas estarem atreladas às classes dominantes. O processo de luta ideológica procura antes alcançar

a efetiva ligação das ideias dominantes ao bloco histórico que de têm o poder hegemônico em um dado período (SOVIK, 2009, p. 39).

Ademais, um elemento central para entendermos a violência letal no Brasil é a desigualdade racial. Se alguém tem alguma dúvida sobre o racismo no país, é só olhar os números da violência porque traduzem muito bem o racismo nosso de cada dia. Nós somos uma amálgama de três raças: do branco, europeu, do indígena, que já estava na América, e do negro africano que foi trazido como escravo.

Tanto o racismo cruzado de paternalismo e desprezo quanto a corrupção mútua - e mesmo o jogo da subserviência aparente da parte das elites africanas - estavam profundamente enraizadas as estruturas históricas de desigualdade que uma civilidade quase cerimoniosa dissimulava e ratificava constantemente (MBEMBE, 2013, p. 83).

Nesse cenário, a Negritude vem como forma de garantir a quebra das rupturas necessárias para que os negros, tenham respeitadas suas possibilidades e potencialidades. E esse desafio de pensar sobre os movimentos sociais organizados que projetem “uma sociedade baseada na igualdade”, nas seguintes palavras complementares: “A reprodução social e mudança social, demonstram contexto colonial, luta de libertação e independência recente, são relatados os mecanismos de manutenção da ordem colonial por meio da linguagem, das instituições sociais”.

Os valores necessitam ser exercitados e experimentados na sociedade para poderem se materializar, não se restringindo à aceitação cega e inquestionável de concepções abstratas. Diante disso, nesse embate de reafirmação, sobretudo cultural e indenitária, cada vez mais, negros e negras aderem às práticas culturais resgatadas de suas origens históricas e raciais.

O movimento *Black Power*, por exemplo, se manifesta na sociedade, não apenas no sentido físico, mas na formação da imagem de liderança, na busca de identidade e resistência, seja na fundação dos quilombos ou na sociedade e o reacionário posicionamento não aparecerá. Não apenas como resistência, mas como legado dos afrodescendentes, para salvar os valores trazidos do continente africano. Sendo o deslocamento desses movimentos sociais que se refletem e reproduzem no discurso negro. Nas relações éticas, apoiar os conflitos e lutas de direitos e a busca pela salvação da identidade.

## SEÇÃO 4: FECHANDO O CERCO: AS LEGISLAÇÕES ANTIRRACISTAS

A dimensão de educação em muitas culturas e também na africana tem um sentido de constituição da pessoa e, enquanto tal, é um processo que permite aos seres humanos tornar-se pessoas que saibam atuar em sua sociedade e que possam conduzir a própria vida (MEC/SECAD, 2006, p. 41).

Esta Seção ficou responsável por demarcar o conflito em termos estatais: Das legislações antirracistas, levantamos a Lei de História afro-brasileira, a Lei de cotas nas universidades, o Estatuto da igualdade racial e por fim um apanhado do que denominamos de denúncias da Branquitude.

### 4.1 Legislações antirracistas

O racismo, como temos visto ao longo desta Dissertação, possui muitas facetas e integra variadas formas de discriminação, de preconceitos, resultando diferenças sociais e econômicas, como vimos, oriundas de privilégios históricos a brancos, entre outras injustiças sociais. Além disso, pode ser definido a partir de várias concepções, dentre as quais destacamos a individualista, pela qual o racismo se apresenta como uma deficiência patológica, decorrente de preconceitos e a institucional, pela qual se conferem privilégios e desvantagens a determinados grupos em razão da raça.

Há muitos autores que se propõem discutir e analisar o racismo institucional como algo estruturante e estrutural da sociedade a qual fazemos parte. Aqui, chamamos para o diálogo Almeida (2019, p. 32) que considera ser a própria definição do conceito de racismo institucional “um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais”.

É interessante destacar aqui o pensamento de Almeida (2019): a forma pela qual o racismo não é apenas de ordem individual, mas é uma “reflexão sobre os conceitos de racismo como fundamento estruturador das relações sociais, teoria crítica racial, colonialismo, imperialismo e capitalismo, consciente da importância da compreensão dos fatos históricos, sociais, políticos, jurídicos e econômicos para se entender a existência do racismo.”

De acordo com a autora Batista (2018, p. 2585) “a negação do racismo e a evolução do conceito de democracia racial se aperfeiçoaram com o conceito de meritocracia, segundo o qual os negros que se esforçarem poderão usufruir de direitos iguais aos dos brancos”. Seguindo por

essa via, essa autora destaca ainda que “tal conceito, na prática, apenas serviu para manutenção da desigualdade entre brancos e negros”.

Já o autor Abdias Nascimento chega ao senado e defende a ideia de dar aos negros seu real valor. Pois, se coloca em defesa dos negros em situações de racismo (autodefesa), esse posicionamento do autor é motivado, em primeiro lugar por ser negro, e dentre tantas outras razões, por ser cidadão e defender os direitos humanos:

Ao protestar contra a discriminação, ouvíamos sempre a mesma resposta: – Vocês estão criando um conflito que aqui não existe, estão querendo importar o problema dos Estados Unidos, pois nosso País é um país mestiço, e onde há mulato não há discriminação (NASCIMENTO, 1998 A, p. 68).

Na passagem do século XIX para o século XX, o negro era percebido como pessoa que punha em certo risco a comunidade, menos no Brasil que nos Estados Unidos. Mas isso contribuiu para a disseminação de ideologias racistas que denominava inferioridade intelectual e ética de negros e índios, em comparação a população branca. O grande evento da abolição da escravidão, em 1888, foi o ponta pé para a mudança dessa ideologia racista, porém por muitos anos, não foram capazes de garantir aos negros escravizados e seus descendentes o acesso a igualdade sociocultural e econômica nas civilizações.

Apesar de terem ocorrido grandes conquistas da comunidade negra no país, nos dias atuais ainda se vê o racismo estrutural, numa hierarquia cultural que ainda se faz o julgamento pela raça e cor, que na maioria das vezes é acompanhado de agressões físicas e verbais e atos de genocídios, para combate à discriminação racial se faz necessário a criação de leis, que diante a sociedade, tem função de controlar comportamentos errôneos, por se tratar de uma assunto de grande relevância social, na própria Constituição Federal de 1988, há leis contra o racismo, considerando como crime. Diante do contexto se faz a seguinte reflexão: quais são os grandes avanços nas legislações antirracistas no Brasil, e quais são suas contribuições?

Sobre o conceito de racismo estrutural abordado no parágrafo anterior, ressaltamos que estamos partindo das ideias de Sílvio Almeida (2019), em seu livro *Racismo Estrutural*. De acordo com este autor, “o racismo estrutural não é um tipo específico de racismo, a tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Sílvio Almeida considera ainda que “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”.

O racismo é uma das questões mais abordadas na atualidade, principalmente nas redes sociais, onde as pessoas buscam ter suas vozes ouvidas por outrem com mais facilidade. A

sociedade vem cada vez mais tendo consciência e exigindo que os direitos dos negros sejam legalizados. São cenas cotidianas que apontam essa necessidade, como a citada a seguir:

Para exemplificar a teoria defendida por Almeida (2019) poderíamos citar inúmeros casos, tanto no Brasil quanto no exterior. Partindo de um ponto de vista histórico, apontamos o ocorrido com a bailarina Katherine Dunham no estado de São Paulo em 1950, que sofreu racismo por ter sido barrada de se hospedar em um hotel de grande luxo em uma turnê, foi dado por autores como o início para a primeira medida nacional de criminalização do racismo.

O autor Monteiro (2011) resgata uma entrevista da antropóloga Yvonne Maggie, para a qual o evento, que narramos acima sobre o episódio de racismo envolvendo a bailarina Katherine Dunham, “teria motivado Gilberto Freyre no dia 17 de julho do ano de 1950, a concretizar um discurso de repúdio ao racismo na Tribuna da Câmara Federal”, fato que, de acordo com a autora causou grande impacto e repercussão ao ponto de os legisladores propor uma legislação específica para o combate do preconceito racial no Brasil.

Já a autora Lilia Schwarcz (2009) chama atenção para o fato de que o pensamento racial identifica-se, desde a época do Império, quando eram encontradas tendências ligadas ao que a autora chama de “racismo científico”, que se materializaram com a tentativa de estimular a mistura dos brasileiros.

Kabengele Munanga (2005, p. 51) destaca que “quando acontece um encontro entre culturas, as atitudes preconceituosas de uma em relação à outra podem ser interpretadas como uma defesa global de uma sociedade contra qualquer intrusão estrangeira ressentida como uma ameaça”.

A despeito da adesão intelectual da elite nacional aos ditames europeus, não há como se negar a formação do povo brasileiro e a falência do projeto de branqueamento da população brasileira por meio da mistura com os brancos estrangeiros.

A dinâmica da sociedade através das reivindicações de seus segmentos e não aquele que se refugia numa teoria superada de mistura racial, que por dezenas de anos congelou o debate sobre a diversidade cultural no Brasil, que era visto como uma cultura sincrética e como uma identidade unicamente mestiça (MUNANGA, 2005; 2006, p. 52).

A disseminação da ideia de inferioridade do negro baseada em características genéticas marcou profundamente a identidade histórica dos negros que, é preciso repensar e reelaborar sua identidade frequentemente, de acordo com as mudanças sociopolíticas.

Como já dito anteriormente foi com a elaboração da Carta Magna, de 1988, que começou a ser considerado o ato de racismo como crime inafiançável e imprescritível, contribuindo para o amparo de indivíduos que sofreram qualquer tipo de discriminação com relação a sua cor, porém é no ano seguinte em 1989 com a elaboração da Lei 7.716, foi firmado leis mais duras, com penas de até cinco anos.

O Brasil é apenas um dos países que não está isento do racismo, por esse motivo, esse assunto está inserido na Constituição federal representou um marco importante, visto que ela tem função significativa na sociedade, para firma direito e deveres, desta forma sendo reconhecida pelos próprios legisladores brasileiros, considerando as consequências que esse problema desencadeia, e dando veracidade e apoio ao real esforços e a luta dos movimentos populares negros brasileiros, que atualmente encontram-se mais forte e organizado, e tem função de fornecer meios essenciais para o reconhecimento da discriminação preconceituosa.

A Lei nº 7.716, mais conhecida como Lei Caó, a qual “define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”, estabeleceu penas mais duras para o crime de racismo, chegando a ter penas de até cinco anos de reclusão, e ultrapassou até mesmo o período previsto para a pena do crime de lesão corporal dolosa no Art. 129 do Código Penal (BRASIL, 1989).

Westinel (2021) explica que, apesar de todas as medidas tomadas, a lei continuava a apoiar as mesmas situações previstas pela Lei Afonso Arinos, acabando apenas por repetir o que a lei anterior fazia. Assim sendo, a nova legislação antirracismo se tornou um fracasso, assim como a predecessora.

Monteiro (2011) ao tratar do assunto em questão, aponta que, no ano de 2000, com estrondo da temática racial no Brasil, o Governo do Rio de Janeiro fundou o Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e Antissemitismo, utilizando a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Ministério da Justiça. O autor ainda afirma que o projeto tentou criar uma conexão entre ativistas que atuavam na área racial com as polícias militar e civil do Rio de Janeiro; o objetivo de tal projeto foi criar uma conscientização maior dos comissários do sistema jurídico-policial sobre a importância da batalha contra o racismo e a intolerância racial. Neste caso, o contato com as vítimas do preconceito racial seria através do Disque Racismo, uma central de atendimento financiado completamente por recursos públicos, que iria oferecer atendimento psicológico, social e jurídico.

O alavancar do antirracismo no Brasil foi em 1997, quando foi criada a lei 9459, onde foi criado o termo injúria racial, também especificado no código penal em seu artigo 140, considerada com um crime contra a honra, tanto em relação a uma pessoa específica, valendo também para um grupo de pessoas.

O movimento negro vem determinando, em cada momento histórico, a desmitificação da desigualdade socioeconômica e contribuindo para a destacar uma crítica positiva a favor da pessoa preta, como diz a Lei, demonstrando que as legislações antirracista são caminhos imprescindíveis, que, apesar do racismo estrutural ainda ser comum, é uma estratégia marcante para cortar as relações raciais, visto que as leis são recursos para atender as vítimas.

Monteiro (2011) narra que, o disque racismo foi divulgado na mídia, principalmente pela televisiva e recebeu em torno de 1.267 ligações em um período de dois anos, desde sua inauguração e o mês de abril de 2002, dentre as quais apenas 106 foram consideradas casos passíveis de processos judiciais. E finaliza esclarecendo que, nesse tempo, descartando casos em que as vítimas desistiram, apenas 56 denúncias foram realmente levadas ao judiciário, e apenas 13 desses casos receberam sentenças do juiz ou chegaram a um acordo amigável de ambas as partes.

É importante destacar que ainda é comum ser noticiado pela mídia fatos ocorridos relacionados ao preconceito e a discriminação racial, que muitas das vezes são preconceitos muito sutis, e que são acompanhados de comportamentos graves, ocorrendo agressões físicas e verbais, porém, é visto que as vítimas não mais se calam, e recebem apoio da sociedade, demonstrando a valorização da Negritude.

Como afirma Westinel (2021) com a criminalização do racismo e com a difusão da Constituição em 1988, atos de preconceito para com pessoas de cor tornaram-se inafiançáveis e irrevogáveis, sujeito à sentença de prisão.

Portanto, observamos que, apesar dos avanços em termos de proteção às vítimas de racismo, ainda há muito a se fazer para o combate à discriminação e ao preconceito contra o negro no país, visto que, como pontua Nunes (2006, p. 91),

mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou. A atitude do Estado para a situação do negro “liberto” sempre foi omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos afrodescendentes são reduzidas à culpa deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica

O esforço empregado para a solução desses problemas supramencionados, quando reconhecidos no campo político, é crucial para a mudança, visto que as leis são instrumentos, desta forma é imprescindível, no campo das políticas públicas, a criação de programas, ações e iniciativas que contribuem para a redução do racismo. Órgãos públicos, o Legislativo e o Judiciário federais, vêm sendo envolvidos nessas estratégias como forma de sinalizar sobre a importância da intervenção na busca da igualdade racial.

Ademais, a educação antirracista e a teoria racial crítica fazem parte do rol das abordagens de pesquisas críticas cujo escopo consiste em entender a intrínseca relação entre discurso e práticas sociais. Diante disso, o processo educativo tal como se perpetuou, traz múltiplas interpretações preconceituosas sobre a forma como o outro é construído pelo discurso, nas relações de poder e ideologia, e como essas diferenças são usadas na construção de ordem de superioridade, inferioridade, inclusão, exclusão dos atores sociais. Reiteramos que é preciso uma tomada de consciência desde a base do problema que é a reprodução dos métodos educativos, perpassando pelas agências dos movimentos sociais negros até a efetivação das legislações antirracistas.

Destarte, o letramento racial crítico obriga-nos a repensar raça como um instrumento de controle social, geográfico e econômico de ambos: brancos e negros. Existe, logo, a necessidade de um letramento racial, para reeducar o indivíduo em uma perspectiva coletiva de respeito às diferenças.

#### **4.2 Lei de História afro-brasileira**

Conforme temos elucidado ao longo deste trabalho, é de conhecimento comum que o Brasil tem uma história repleta de sofrimento, preconceito e abuso de poder. Ainda nos dias atuais é algo normal, mesmo que seja inaceitável, estar caminhando por algum estabelecimento, público ou não, e acabar por ver situações onde negros, asiáticos e indígenas sofrem ataques xenofóbicos e preconceituosos.

Nas escolas brasileiras não é tão diferente, já que as crianças tendem a repetir aquilo que aprendem (em casa, na rua etc.). Com isso em mente, é trabalho dos adultos ensinarem o conceito de certo e errado nesse contexto de respeito às diferenças.

Em 1996, a Lei da História Afro-brasileira foi criada com a intenção de mudar essas situações degradantes que causam revolta. De acordo com Silva (2014) “incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o



negro na criação da sociedade nacional, trazendo de volta a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

O artigo 26, acrescido na Lei nº 9,394/1996, provoca bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, uma vez que exige que sejam repensadas relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. A autonomia dos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido no artigo de Lei citado acima é um ponto importante nesse processo. Essa autonomia permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto e indireto das universidades, do Movimento Negro, de grupos de capoeira ou congada, entre outros, portanto, propicia um momento de interação escola/comunidade. (BORGES,2010, p.14)

Vasconcelos (2020) destaca que “Esse silenciamento condena a repetição de um padrão marcado pelo sintoma ódio e manifestado em ações cotidianas que buscam manter o distanciamento e marcar um espaço perverso, que não permite a aceitação como igual dentro do mesmo ambiente “. A introdução da história e cultura afro-brasileira e indígena em salas de aula, mesmo que seja obrigatório nas grades de estudos escolares, se lecionado com a qualidade adequada, permitiria à sociedade brasileira conhecer a sua origem e resgatar novos pontos de vista do mundo, novas formas de entrosar-se consigo mesmo e com a própria sociedade. Porém é difícil acontecer isso, já que uma parcela considerável da sociedade insiste em seguir com comportamentos e ideais racistas.

A vida e vivência de Zumbi dos Palmares principalmente na data que se comemora o dia da consciência negra ganha destaque por toda a sua importância para cultura afro e brasileira:

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola, o negro Zumbi dos Palmares, em que é possível observar que muitas vezes as aulas sobre cultura Afro e Afrobrasileira apenas são abordadas proveniente da ocorrência desta data comemorativa. Assim vemos, que levar tais conteúdos para sala de aula ainda é uma tarefa difícil, e nem sempre é uma experiência tranquila, porque primeiramente é de grande importância que os docentes tenham formação para trabalharem certos conteúdos, que tenham suporte teórico-metodológico, e materiais didáticos para abordar esse conteúdo de forma eficaz. (LIMA,2016, p. 14)

Ensinar a História e a Cultura africana e afro-brasileira, após a aprovação dessa lei, acabou-se por mostrar-se necessária a sua existência para a garantia de uma ressignificação e

maior valorização da cultura das matrizes africanas que estão presentes na base da diversidade cultural do Brasil.

É verdade que a batalha pela atenuação da desigualdade racial ainda é apenas tolerada, diferentes medidas ainda devem ser pensadas para que haja total extinção do preconceito étnico-racial, principalmente nas instituições de ensino. Desse modo, é importante aprender sobre os fatos que baseiam a existência da cultura, realidade e modo de vida atual da sociedade brasileira.

As leis históricas no geral surgiram como ferramentas primordiais para o auxílio aos direitos dos cidadãos, seja ele afro-brasileira ou não, aliás, a sua elaboração permeia consigo uma obrigação de legalidade social que nasce necessária para assegurar direito a toda sociedade. Dessa forma, a gênese histórica africana e afro-brasileira, relacionado à lei que não tem seu cumprimento eficaz na atualidade, ainda é um paradigma a ser quebrado, assim, surge a Lei nº 7.716/89 – Lei CAÓ, que trouxe em sua redação 25 anos de Combate ao Racismo, está de fato, trazendo como crime inafiançável e imprescritível sendo insuscetível de graça ou anistia, mas seu enquadramento imprescritível está sendo vinculado a Lei de Injúria racial tipificada no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), que traz o artigo 140: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, colocando como Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa”.

Neste sentido, segundo o texto de Brito, *Maíra* (2021), traz uma crítica quando diz que “desde 1966, 21 de março é marcado por ser o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e, apesar de ser uma data muito importante, nem sempre é lembrada e, muito menos, respeitada.”<sup>2</sup>, Assim, ela ainda menciona uma ativista negra, Lélia Gonzalez (2020), que traz em sua obra dados sobre a luta pela eliminação da discriminação racial, os fatos raciais como aquele que se fala “na entrevista com o Chacrinha, ele detalhou o dia a dia do mundo da TV, que incluía a proibição das câmeras focarem diretamente o auditório, para que negros e negras não fossem mostrados na telinha.”<sup>3</sup> Lélia Gonzalez constantemente lutou para que fatos discriminatórios não passasse em branco, como é caso da importante pauta do dia Internacional da eliminação racial.

Para o negro muitos são os percalços e lutas contra a desigualdade social a vencerem, e eles continuam resistentes, assim, muitas transformações e possibilidades de reação foram por muito tempo suas armas contra o preconceito e discriminação racial. Lélia Gonzalez (2020) traz

---

<sup>2</sup> Nossa Causa. Disponível em: <<https://nossacausa.com/lelia-gonzalez-discriminacao-racial/>>. Acessado em 25 de novembro de 2021

<sup>3</sup> idem

no fim do túnel fortes pontes positivas quando diz que “Mas nem por isso vamos ficar passivamente calados assistindo à decadência desse império romano de hoje que é a chamada civilização ocidental. Afinal, somos os bárbaros que o derrubarão. Por isso mesmo temos que assumir nossos bárbaros valores, lutar por eles e anunciar uma nova era. Nova era de que somos os construtores”. Isto é, este tamanho retrocesso, diminuirá com muita luta, e assim, a história africana e afro-brasileira haverá futuro distante da discriminação racial e seus infestos resultados.

O ensino brasileiro sobre a história africana e afro-brasileira não é muito diferente dos paradigmas legais a ser quebrado, este tema tão importante tem pouca ênfase nos livros de histórias, ou seja, a retratação da escravidão, fome, guerras, doenças, não mostra sequer o mínimo que esse povo ajudou ao Estado brasileiro na economia, política e cultural. Todavia, o ensino sobre essa temática é pouco abordado, e isso deixa espaços curtos para a percepção do aluno sobre a importância dos cidadãos africanos para construção do Brasil.

### **4.3 Lei de cotas nas universidades**

A política de cotas implementada no Brasil, colabora com o ingresso cada vez mais significativo a população negra, em cursos técnicos e capacitação universitária, contudo, desafios profissionais para as pessoas negras permaneçam no mercado de trabalho e assim, gerando economia. A inclusão, portanto, é um desafio de início a premissa de que vivemos em um país racista e que nega tal condição, e que não integra homens e mulheres negros às profissões qualificadas, assim, tornando maior parte da população ausente de representatividade.

O Brasil é um país com realidade de sofrimento por parte dos habitantes desde sua descoberta, muito foi tirado do país sem qualquer mínima intenção de retorno. A história ficou marcada e os reflexos do abuso sofrido repercutem até os dias atuais. Com tanto tendo acontecido, uma das realidades brasileiras é a falta de interesse e investimento na área da educação. A diferença racial entre os discentes de universidades e instituições federais de ensino técnico é absurda, e isso não se deve ao fato de uma determinada classe social ter mais capacidade intelectual que outra, mas sim à dura realidade brasileira, onde pobres, negros, pardos, pessoas com deficiência e indígenas têm muito menos acesso que outras classes sociais por vezes tendo absolutamente nenhum acesso.

De acordo com Senkevics (2018), não é surpresa, visto que poucos são os estudos de âmbito nacional que trazem contribuições para que a Lei seja melhor avaliada e monitorada, utilizando de proposições de indicadores sociais, da regularização de dados nacionais e da publicação de pesquisas de análise ampla quanto a reserva de vagas.

A discrepância no Brasil engloba o campo social, econômico e, principalmente, o da educação e das possibilidades. Segundo dados do IBGE (2014) os “Negros e pardos estampam cerca 53,6% da população brasileira e, mesmo que esteja em posição de maioria, está em minoria em relação a espaços ditos como importantes”. Uma realidade que cargos superiores só eram ocupados pela classe mais favorecia os brancos. Tendo em vista que eram poucos os negros que conseguiam concluir o ensino médio ou até mesmo o nível superior. A maioria da população é negra, porém que ocupam os melhores cargos são os brancos.

Sestrem (2021), menciona que essa lei tem sido assunto de grandes debates nas duas casas legislativas federais desde seu surgimento, e não saiu de pauta desde então. Infelizmente a lei ainda apresenta brechas, já que metade dos cotistas não têm o fator “baixa renda” considerando os negros, os indígenas e as pessoas com deficiência especiais que se encontram em classes econômicas mais altas podem matricular-se em instituições de ensino utilizando das cotas; o que deixa de fora cidadãos mais vulneráveis socioeconomicamente. Apesar de já estar em processo na Câmara dos Deputados, Sestrem (2021) salienta que, a proposta que adia a revisão da lei para 2032, algumas mudanças nela são necessárias, acima de tudo para que haja o melhoramento e garantia dos direitos para os estudantes que utilizam das cotas.

Tais escolas apresentam uma média de desempenho inferior ao conquistado pelas escolas privadas, mesmo que estejam no mesmo nível; e isso fica em ainda mais evidência no ensino médio.

Conseqüentemente, em agosto de 2012, foi sancionada uma nova lei que alterou a forma de ingresso nas instituições federais de ensino superior. As universidades tinham até agosto de 2016 para colocar a nova lei em andamento, mas já em 2013, 25% das vagas já estavam reservadas para tal. O objetivo é abrir mais oportunidades de estudo para o brasileiro que não tem condições de pagar por estudo superior. Castro (2016) analisa os impactos dessa legislação, mesmo reconhecendo que há “um conjunto de medidas a serem desenvolvidas no seio das instituições de ensino, com vistas ao primoramento” da Lei 12.711, a autora constata que “a adoção da Lei de Cotas representou um inegável avanço em relação à democratização, quanto ao acesso a grupos historicamente excluídos”.

Com esperança de evolução através de mudanças, entrou em vigência a lei nº 12.711, em agosto de 2012, que designa cotas para o ingresso em universidades e Institutos federais de ensino técnico de nível médio, tal lei que deve ser revisada em 2022, quando completará dez anos (BRASIL, 2012).

O sistema de cotas raciais é uma medida contra o desequilíbrio social em uma sociedade possuidora de um sistema que busca privilégios para um grupo social enquanto causa prejuízos a outros. O governo brasileiro vem se mobilizando de diferentes maneiras desde 2005, atrás de modificar tal realidade. Entrando em tal tópico, podemos citar vários programas criados pelo governo para abrir mais oportunidades para o cidadão que queira ingressar em uma faculdade. Pede-se por comprovação da cota para qual o cidadão concorre, para que não haja injustiças em demasia. Em certas instituições de ensino superior foi decidido implantar comitês de avaliadores, para que haja verificação das cotas, a fim de evitar fraudes. Assim sendo, além da autodeclaração requerida comumente, o comitê também analisa e faz entrevistas com os concorrentes aprovados pelo sistema.

Abreu (2021), explica que, logo que foi sancionada, no sétimo artigo da Lei das Cotas já tinha previsão de revisão após 10 anos de vigor. Entretanto, o autor destaca que, não houve prescrição sobre a realização de tal processo, não foi mencionado o curso dos critérios, muito menos se demandaria aferição dos resultados ou a que órgão seria designado a responsabilidade da análise. Tais questões têm gerado mais discussões sobre o assunto. Entretanto, pode-se observar que a própria lei, um decreto e a portaria do Ministério da Educação já determinam que metade das vagas são destinadas para alunos que venham de famílias com baixa renda. Ambos os projetos estão em pauta na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara desde março de 2021.

O projeto defende a revisão da lei para que ela seja mais abrangente, englobando um público maior que carece de favorecimento. Até então, nenhuma comissão foi designada para avaliar o projeto do senador (BRASIL, 2021). Com isso em mente, foram pensados em métodos para evitar esse tipo de acontecimento para conter qualquer tipo de fraude.

Não restam questões a respeito do precisar de ações que sejam realmente efetivas e que ajudem a estimular o interesse da população quanto ao ensino superior; com a intenção de superar as desigualdades sociais e educacionais que estão presentes na história da sociedade.

Sestrem (2021), afirma que, dentre as vagas disponíveis, pelo menos metade delas devem ser destinadas a pessoas de família com renda mensal menor ou igual a 1,5 salário mínimo per capita. E, tratando-se do total de vagas reservadas aos cotistas, o autor citado afiança que deve-se preenchê-las com discentes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI) e por pessoas com deficiências (PcD).

Em um estudo feito pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e publicado em 2019, conclui-se que a legislação das cotas, em quatro anos de vigência, aumentou em 39% a presença de discentes negros, pardos e indígenas nas instituições federais de ensino superior. Sestrem (2021), também cita que se não contar o aspecto racial, os estudos apontam que houve um aumento de 14% nesses quatro anos na candidatura de discentes que tiveram os estudos concluídos integralmente em rede pública e com a renda familiar *per capita* menor que 1,5 salário-mínimo, passando de 48,2% a 54,8% em 2016.

Contudo, entende-se que essa lei ainda necessita de mecanismos que sejam realmente efetivos, que possibilitem monitorar e avaliar melhor. Quanto ao perfil dos institutos federais brasileiros, Sestrem (2021) aponta que vários empecilhos ao decurso de acompanhamento da execução, dos resultados e da repercussão foram encontrados, tanto de ordem política, técnica quanto metodológica.

Todavia, apesar dos avanços conquistados a partir das legislações supramencionadas que objetivam promoção da justiça social, salientamos que o sistema ainda é falho. A busca por direitos se torna mais ferrenha, dia após dia, as minorias procuram falar mais alto para não serem esquecidas ou sofram ainda mais injustiças. Seja por reparação histórica ou busca por equilíbrio social, a lei das cotas é necessária para que a comunidade desfavorecida tenha tantas oportunidades quanto as favorecidas.

#### **4.4 Estatuto da Igualdade Racial**

Como dissemos acima, os negros, mesmo aqueles mais bem sucedidos, pagam até hoje as consequências dessa herança cultural grotesca que se estabeleceu em tempos passados, então, governos tentam amenizar ou extinguir tal situação inserindo-os em ambientes onde não estão muito presentes. Autores se especializaram em combater essa situação.

Para Nascimento (1997) “no caso específico da educação, embora não haja discriminação no acesso à escola pública, o racismo está presente como importante fator a

explicar essas disparidades”. A desigualdade continua sendo um grande obstáculo expressivo quando se fala em população negra:

O país ainda não possuía um sistema de educação. Paulo Freire trabalhava na organização desse ensino, expandindo a consciência de que só a educação liberta. Faço este registro com o orgulho e a emoção de render a homenagem e gratidão a um brasileiro de singular competência pedagógica e de incomparável sentimento de solidariedade humana (NASCIMENTO, 1997, p. 53).

No Brasil já é notório que não basta uma lei para que as minorias que ajudaram no desenvolvimento do país possam ser reconhecidas, até mesmo, pelo fato de ser uma grande maioria de excluídos sociais, problemas de violência, educação, habitação e saúde pública, que afetam a todos. Destacamos que as legislações, atreladas à educação racial como citamos no tópico anterior, são os principais instrumentos para pôr em prática a igualdade de oportunidade e a defesa dos direitos de um povo, dispositivo para combater a discriminação racial e a intolerância étnico-racial: finalenfa

Art. 6- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, Estatuto da Igualdade Racial, 2010, p. 11).

O continente brasileiro vive passando por transformações para o enfrentamento das desigualdades. É necessário que se promova a igualdade. Embora o objetivo da lei seja igualdade de oportunidades, é importante salientar que o negro ainda vive em situações muito desiguais em relação ao branco, como se pode ver neste item legislativo, do Estatuto:

III- desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade (BRASIL, Estatuto da Igualdade Racial, 2010, p. 17).

De acordo com Santos (2015), o Estatuto visa reconhecer como patrimônio histórico e cultural as sociedades negras, garante a plena liberdade de consciência e de crença, assegura que o Poder Público elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais para promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo, bem como o direito à moradia adequada da população negra. De acordo com Silva (2017), “o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei nº12.288/2010 e transformado em Projeto de Lei (PL) no ano 2000, sendo este fruto do anseio da sociedade, especialmente da população negra, ” percorreu uma década marcada por consenso, resistência, avanços e retrocessos até a lei ser aprovada menciona que:

O ano de 2010 se apresentou como um ano histórico para a população negra, com a sanção pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e a publicação da Lei nº 12.288, de 20 de julho, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil. Tal norma se

apresenta como o início de uma série de mudanças estruturais na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento. Lobo (2016, p. 17)

O Estatuto da Igualdade Racial tem sua importância pois resgata um direito que é amparado na legislação. Entretanto, para ser o que realmente são e para crerem em que desejarem, o povo negro precisou se adaptar ao mundo em que vive, ou sob outro ponto de vista, precisou adaptar o mundo que lhe impuseram a sua verdade. Nunca é redundante lembrar que há uma reparação histórica em pauta para que, de fato, a igualdade de condições possa ser efetiva.

O indivíduo que deixava de ser escravo passava a ser chamado liberto ou forro. Como se tratava de transferência de propriedade, o ato devia ser lavrado por um tabelião em cartório, assinado pelo senhor e por testemunhas juramentadas e registrado em livro especialmente destinado a este fim. Nos arquivos brasileiros ainda é possível encontrar cópias de milhares dessas cartas de alforrias (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 146).

A liberdade não depende apenas de uma alforria, mas sim de uma consciência de ser livre, de forma que todos tenham direitos iguais e condições socioeconômicas para isso. Soares explica o que a história da diáspora tem de particular desse povo em consequência de preconceito ou perseguição é muito importante, para que se compreenda a origem desse preconceito que até hoje prejudica o desenvolvimento da igualdade e da autonomia do povo negro.

Conhecendo-se a distribuição étnica e linguística dos povos que habitam o entorno da Baía do Benim e seu interior, é possível verificar que, embora tenham ocorrido variações na forma de classificação dos escravos aí embarcados, assim como diferenças nas suas estratégias de organização no cativeiro, as “nações” ou grupos de procedência que operavam em cada lugar das Américas e especialmente no Império português apresentam um elenco comum de denominações (mina, angola, cabinda, moçambique, entre outras. (SOARES, 2011, p. 64.)

Enfatizamos que o Estatuto da Igualdade Racial juntamente com às demais legislações sobre as quais fizemos menção durante esta Seção, são importantes vias de combate ao racismo na sociedade pós-colonialista na qual vivemos. Além do que, a discussão sobre a identidade da Negritude e os vários desafios vivenciados por esse grupo é muito importante, para que se compreenda a origem desse preconceito que até hoje prejudica o desenvolvimento da igualdade.

Segundo Santos (2012), o Estado deve garantir condições básicas de segurança e de respeito aos direitos humanos para o pleno exercício da cidadania e pelo que se observa existe a prática do racismo institucional na segurança pública, por meio da violência policial incidente sobre os negros. Neste contexto, o autor citado ainda afirma que o Estatuto da Igualdade Racial



é inovador no sentido de que explicita no ordenamento jurídico a modalidade da discriminação indireta que é fundamentada que na discriminação/racismo institucional.

Diante de uma história de opressão, escravidão, analisa-se a realidade atual da população negra e percebe-se que os mesmos ainda são as maiores vítimas de um padrão de violência praticado por agentes da própria segurança pública no país, sendo que as estimativas apontam que, os negros são torturados, assassinados e perseguidos pela polícia, de forma costumeira, além da maioria da população carcerária ser composta de negros. Logo, questiona-se a dita democracia e os direitos humanos dessa população. Enfim, considera-se que a Lei nº 12.288/2010 pode ser considerada instrumentos das políticas inclusivas que visam atender ao objetivo constitucional de construção de uma sociedade livre e justa.

#### **4.5 Denúncias da Branquitude**

A Branquitude é resultado da história de dominação racial, e se fundamenta no comportamento do indivíduo branco como forma de bloquear a criação de políticas antirracistas. Mesmo com todos os movimentos e projetos sociais em favor da população negra, ainda existe uma grande ponte entre o racismo e o fim dele, a começar pelas frases enraizadas no vocábulo, onde em sua grande maioria, o preto é utilizado de forma depreciativa, pejorativa, à exemplo da frase? trabalho de preto ?, que não passa de uma frase mascarada, pois seu significado é mais do que objetivo quando analisado (se tivesse sido feito pelo branco seria melhor) (FERÉ, 2018, p. 86). Como esclarece Mena e Camazano:

Refutar a existência do privilégio branco, contudo, tem a ver tanto com a própria origem da branquitude, nascida no processo de colonização europeia do mundo, quanto com a sua resiliência ao longo dos 500 anos que se seguiram (MENA; CAMAZANO, 2019).

Nesse ponto, fica claro que a branquitude se trata do ato em que o branco sempre tenta se sobressair, é ele quem dita o que é aceitável ou não, o que é belo aos padrões da sociedade ou que tem que se transformar para ser aceito, por longos anos sempre estiveram no topo da pirâmide hierárquica, talvez seja esse um dos maiores motivos para a grande resistência do ponto de vista desconstrutivo, onde o que mais se deseja é a aceitação, a igualdade social. Para que haja a reconstrução da identidade racial deve-se buscar o equilíbrio, a igualdade e para tanto, o negro precisa eliminar o traço de inferioridade que é atribuído à negritude e o branco precisa expurgar o traço de superioridade.

O reconhecimento dos privilégios traz um entendimento de que cada um precisa desejar conscientemente realocar o poder. Do contrário, tudo continuará a ser como tem sido nos últimos séculos: as pessoas continuarão a acreditar naquilo que elas foram ensinadas a acreditar, ou seja, que uma pessoa branca é melhor (MENA; CAMAZANO, 2019).

Ante os fatos mencionados, não basta apenas entender o assunto, mas coloca-los em prática, repassar a pauta para as gerações, a escola é um dos melhores locais para esse ato, pois, é desde o ensino base que o indivíduo deve aprender sobre a igualdade, para então se obter o respeito igualitário futuramente.

## SEÇÃO 5: A LUTA DA IDENTIDADE COLETIVA CONTRA A BRANQUITUDE

Quando falamos em uma identidade estereotipada, e atribuída ao negro, estamos nos referindo a algo forjado socialmente com intuito de inferiorizá-lo. Na sociedade brasileira, essa identidade foi formulada historicamente desde o período colonial, com base na inferiorização das diferenças impressas no corpo escravizado (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 108).

Nesta Seção, tratamos de confrontar, como forma de fechamento da dissertação, diversas ilações apenas tangenciadas anteriormente, dentre as quais buscar traçar algum aspecto mais exato do que seja a identidade da Branquitude, para poder não perder o enfoque para lutar, trazendo os principais núcleos de agressão desta ideologia destrutiva, dentre as quais a religiosidade da Negritude, para o que as suas vozes podem contrapor o racismo explícito presente na Cultura da Branquitude, contra o qual se alevanta a Negritude como defesa da Cultura.

Ao final, observamos as imposições socioculturais às quais ambos os movimentos precisam se submeter, ante o dilema de a sociedade lutar, como vem procedendo com as normas aceitas nos parlamentos, ou apenas apreciar de longe, num processo em que as críticas são pontuais, porém não diárias, muito embora os processos de combate às injúrias raciais tenham se tornado um bom momento para recordar que o racismo no Brasil ainda não acabou e dificilmente acabará.

### 5.1 A identidade da Branquitude

De acordo com Giroux (1999, p. 110), " a identidade é fortemente atravessada pela diferença que pode ocorrer, tanto por meio de sistemas simbólicos, quanto por meio de formas de exclusão social". Sobre esse pensamento do autor, destacamos o trecho a seguir:

O problema da identidade pode ser associado ao que o Stuart Hall, denominou como nova identidade, as ideias raciais, que podem ser compreendidos por meio da nação de etnicidade, porém, a não velha nação de etnicidade (GIROUX, 1999, p. 110).

Partindo desse ponto, destacamos que a temática central desta Dissertação, o racismo em suas múltiplas facetas, está diretamente relacionado com as mais variadas formas de identidades e subjetividades étnico-raciais. É crucial nesse contexto, perceber que o racismo permeia as relações pessoais, interpessoais e até mesmo as institucionais colocando em

funcionamento vozes que ora se identificam como Negritude, ora são interpeladas e cerceadas pela supremacia da Branquitude.

Nesse contexto, ao problematizar o racismo, Conceição (2020, p. 54) “declara que a Branquitude não é apenas um sujeito, ou uma cor, e sim um pensamento ideológico que é complexo e está fortemente arraigado na estrutura das relações sociais.” A autora explica que em diferentes setores sociais se percebe um pacto velado narcisista entre os brancos, desta forma o processo de combate à Branquitude caminha de forma lenta, pois ainda há necessidade de mais diálogo, mais debates e as pessoas precisam viver o que consideram legalmente correto, mas na prática demonstram que ainda existe muito preconceito.

Na perspectiva de buscar uma compreensão do conceito de Branquitude, mobilizamos aqui a discussão teórica de Brodowski (2018) “para o qual a luta não é apenas pelos direitos dos negros, mas também para acabar com a ideologia de dominação por trás das raças, na qual todos estão sujeitos a desempenhar os papéis que lhe cabem”. É crucial aqui a reflexão levantada pelo autor de que a teoria da Branquitude, quando entendida como parte do mais amplo debate político e científico sobre o racismo, evoca a supremacia branca, que é uma ideologia sustentada pelas crenças de que pessoas brancas são superiores a pessoas de qualquer outra raça, particularmente as pessoas negras (BRODOWSKI, 2018).

Na busca de abarcar melhor a formação da Branquitude e seu aumento pelo mundo, ressalta-se, conforme analisa Brylowski (2018, p. 33), “que o Brasil usou a política de imigração europeia para incentivar a miscigenação, a fim de embranquecer e unir a população.” Nesse contexto, a Branquitude permanece vivíssima na sociedade brasileira e é decorrente da concepção no senso comum do Brasil ser um país totalmente mestiço, uma democracia racial, em que não há distinções raciais maiores entre as pessoas, e o problema da desigualdade é econômico. E essa concepção se reproduz nas suas instituições, no seu governo, no seu sistema escolar, e na sua mídia.

Para Evaristo (2020), a Branquitude demonstra se enganar, pois é comum reconhecer que existe discriminação, bem como desigualdades raciais, porém, acreditam não ter relação com essa problemática, associando ao passado. E, assim, de acordo com a autora (e também concordamos com ela), a discriminação racial contribui muito significativamente com a manutenção dos privilégios dos brancos sobre os negros, tomando por base o preconceito.

Evaristo (2020), afirma que a hierarquia racial continua vigorando no que tange às relações sociais, políticas e econômicas, haja vista que os negros ainda não ocupam grande

parte dos cargos da política ou da justiça brasileira, é visível a falta de oportunidades dadas aos negros e quando conseguem sistema de cotas, por exemplo sofrem duras críticas da Branquitude que se nega a enxergar seus privilégios.

Diante do exposto, a Branquitude precisa ser questionada, problematizada e cancelada, haja vista que se trata de um mito criado de que o branco é superior, e foi criado pelo ser humano branco, o qual buscou desenvolver teorias que fundamentassem essa crença. Todavia, as pessoas já se acostumaram com os brancos sempre melhor posicionados socialmente, mais beneficiados em todos os setores, porém é uma crença que foi construída, num processo sócio-histórico onde pessoas de pele negra foram desclassificadas e excluídas de várias formas para que se firmasse a primazia da Branquitude.

A submissão e a condições indignas de vida, evidenciou-se a falta de preparo dos negros para tarefas que dantes não lhes eram afeitas e até mesmo para o seu engajamento nos espaços públicos e no mercado de trabalho. Sobre o tema, é importante verificar os escritos de Giroux:

O investimento político de tal trabalho procura abolir a Branquitude como uma categoria racial e marcada de identidade, ou seja, no centro de esforços está a tentativa de despir a Branquitude de seu poder histórico e político de produzir, regular e constranger (GIROUX, 1999, p. 105).

Porém, tal despreparo se deu em virtude da falta de orientação, treinamento e educação por parte dos colonizadores, tidos como senhores de pessoas negras que foram escravizadas no período colonial da sociedade brasileira, que só percebiam os negros como raça inferior predisposta aos trabalhos mais pesados e mais aviltantes.

O racismo está presente e enraizado nas estruturas da sociedade brasileira, apesar da existência de dispositivos legais que visam coibi-lo, ainda é muito praticado de forma velada e também escrachada.

Uma criança não nasce racista, enquanto pequenas brincam umas com as outras de forma igual. Porém, com o passar dos anos, vão entendendo as diferenças de forma errônea, por meio da transmissão do preconceito, e quando questionam a seus pais sobre tal diferença, muitos associam a cor negra como suja, como pessoas inferiores. E no processo de escolarização da mesma forma, os livros didáticos sempre estereotipam os negros, pois foi se repassando que o negro sempre foi de classe baixa e assim, internalizou-se tal crença.

Ainda é possível relacionar as pessoas negras de destaque em cargos da política ou da justiça brasileira. Todos esses fatos, são consequências da cultura colonial, na qual os negros foram brutalmente escravizados, e assim, os afrodescendentes até a atualidade são vistos de

forma inferior, sendo que muitas pessoas negras não conseguem enxergar suas qualidades, negando suas características, a forma dos cabelos, e os traços. Até porque, pela falta de oportunidades dadas aos negros, poucos conseguiram sobressair e chegar a Universidade, sendo associada sua cor a pobreza.

As pessoas, inconscientemente, associam pessoas brancas a melhores condições financeiras, há estereótipos e preconceitos marcados pela cor, diminuindo barreiras, a cor lhes abre as portas e oportunidades. As pessoas brancas possuem privilégios frente às negras, havendo um julgamento de valor baseado pela cor. Se o indivíduo for negro, por mais bem vestido que se apresente, é visto pelas pessoas como um indivíduo de origem pobre, filho de alguma empregada, morador da periferia, usuário de droga, que por sorte conseguiu vencer seu destino. Enquanto as pessoas brancas bem vestidas são respeitadas apenas pela cor, pois quanto mais traços europeus, olhos claros, cabelos loiros, maior a chance de ser de uma classe social alta. Dessa forma, a Branquitude pode ser considerada um lugar de privilégio racial, econômico e político e as pessoas brancas privilegiadas permanecem acomodadas com este pensamento social, não se sentindo responsáveis por terem privilégios frente aos negros.

Todavia, quanto mais negros alcançam lugares dentro das Universidades, e conseguem expor suas ideias, suas vivências, e conseguem sair da ignorância histórico cultural, maior a chance de conseguirem enxergar seu valor, se orgulhar de sua cor, de seus traços, de seus cabelos, malditos como cabelos “ruins” e assim, vão se organizando e fortalecendo cada vez mais um movimento de resistência.

## **5.2 Religiosidade *versus* Negritude**

A Negritude busca resistir, e uma das formas de lutar contra todo racismo e perpetuar sua identidade e cultura é não deixar suas crenças religiosas serem esquecidas. Porém, no Brasil a intolerância religiosa é muito evidente, desde a colonização até a atualidade. De tal forma que, utilizou-se a estratégia de fusão entre os santos da igreja católica (são santidades, dotadas de virtudes, inocência, piedade e pureza) e os orixás (divindades da mitologia africana da Umbanda e Candomblé) da religião africana.

Conforme consta em Nascimento (1998), os orixás também são símbolos da resistência negra, uma vez que simbolizam mártires e heróis que lutaram contra dominação colonial racista, em defesa do direito a terem sua identidade, dignidade, sua cultura e sua liberdade.

Pelo fato de ser uma religião da população negra, associaram o pensamento de que os orixás em vez de divindades a serem respeitadas, são demônios concebidos para inspirarem rituais satânicos. Sendo inclusive, alvo de violência por parte de outras religiões protestantes e evangélicas, as quais se fundamentam em interpretações corrompidas para agredirem as religiões afro-brasileiras, de forma a afetar todo patrimônio imaterial desses cultos e fomentarem os fiéis a agredirem física e moralmente pessoas e templos.

Nascimento (2006) explica que a “religião africana considera que os orixás são como as forças míticas pelos negros escravizados da África. Já a Umbanda trata-se de uma religião brasileira que combina elementos do catolicismo, espiritismo, e religiões afro-brasileiras”. Porém, muitas pessoas discriminam sem conhecer, simplesmente repetem e normalizam a crença que se trata de rituais espíritas e satânicos. A forma pejorativa como as pessoas denominam todas essas religiões é “Macumba” e chama de macumba todos os despachos que são oferendas que os religiosos colocam nas encruzilhadas (pois creem ser a divisa entre dois mundos). Sendo muito comum as pessoas irem lá e zombarem, mexerem e investirem contra a oferenda, considerada como impura, feitiçaria e abominação.

Conforme pontua Nascimento (2006), “mesmo o negro fazendo uso do sincretismo (fusão de cultos ou doutrinas religiosas distintas, com reinterpretação de seus elementos), para manter viva sua religiosidade, os negros eram alvos de desconfiança e perseguição”. Nesta época de escravidão, os escravos criaram uma forma de adorar suas divindades sem serem percebidos pelos senhores, eles invocavam seus orixás como se fossem santos católicos, Oxóssi (São Sebastião), Ogum (São Jorge), Oxalá (Jesus Cristo), Ibeji (Cosme e Damião), Iansã (Santa Bárbara), entre outros. Atualmente, ainda é comum a perseguição, zombaria as religiões africanas e afro-brasileiras.

Diante disso, focalizando as opressões e silenciamentos sofridos pelos negros no campo da religiosidade, o autor Nascimento (1981), explica que, “os negros precisam ter consciência da sua Negritude e aceitar sua natureza afro-brasileira, sem acreditar no que a sociedade quer que os mesmos acreditem, que são inferiores”. Porém, ainda se tem muito a lutar para que haja respeito político, econômico e religioso para com a população negra, pois o racismo não respeita o modo de viver do não branco, e finda a ir contra a pluralidade dos povos. As pessoas precisam respeitar o pensamento do outro, a forma de ser, e a crença do outro, para que assim a sociedade consiga viver de forma pacífica e justa.

Infelizmente, o que se nota é que as religiões contribuem para que seja perpetuado o racismo, em especial contra os negros, pautados na falsa ideia de superioridade de umas

tradições em relação às outras. Há que se dialogar sobre o tema, a fim de que muitas pessoas tomem conhecimento do que são despachos, o que são os orixás e saibam pelo menos o que agridem, pois muitos, só repetem as ações e as estórias que ouvem sobre as religiões negras, sem realmente conhecer a verdade origem e crenças da Umbanda e do Candomblé.

Nascimento (2006) considera que a “intolerância religiosa da igreja Católica é visível, bem como a religião espírita que descreve as etnias negras como espíritos rudes e ainda coloca culpa da situação socioeconômica que os negros passam na sua crença religiosa”, como se fosse castigo, sendo que as pessoas são classificadas socialmente quando nascem.

A tentativa de branquear o negro, miscigenar as cores, as culturas e as religiões de forma a aniquilar a raça são evidentes. Diante dessas evidências, os movimentos da Negritude fortalecem a identidade cultural e a religiosidade negra e, como resultado, possibilitam a consciência da importância da preservação do patrimônio cultural negro e da reconstrução da história da população negra.

Na obra de Abdias Nascimento, pode-se encontrar a religiosidade da população negra. Em sua obra é possível conhecer sobre o Candomblé, e sua ligação com a natureza. O autor expressa o seu interesse pela descrição dos orixás:

Os orixás são as forças da natureza, protagonistas do mundo mítico histórico da nossa ancestralidade, cuja primeira referência é o antigo Egito, berço das civilizações africanas e ocidental (NASCIMENTO, 2006, p. 6).

Nascimento apresenta a arte, tanto escrita como pintada, e com ela a resistência nas cores fortes e formas, ao representar cada orixá, deuses, que representam a religião exilada, junto aos antepassados. Para ele,

A cerimônia pública do candomblé se caracteriza como um grande momento entre os vários reinos da cosmologia africana, o ritual abre sempre com o padê de Exu e fecha com Oxalá. O objetivo é a invocação do passado do coletivo dos orixás e seu povo através do mito representado e falado (NASCIMENTO, 2006, p. 11).

Diante do exposto neste tópico, consideramos ainda que sob a influência dessa religião, há muitos aspectos característicos na formação da identidade do povo negro. Além do que, mesmo em meio a muito sofrimento, a população negra descendente das religiões africanas não se subjugou e nem aceitaram ter sua vida toda projetada frente a condição inferiorizada que as determinaram a partir do encontro nada amistoso com o colonizador e os modos de vida deste, incluindo a religiosidade.



### **5.3 Vozes da Negritude contrapondo o racismo presente na Cultura da Branquitude**

Conforme pontua Guillen (2007, p. 11), “o estudo da descolonização, das lutas de libertação das colônias portuguesas no continente africano é um tema relevante, um marco histórico que repercutiu no Brasil, influenciando intelectuais, a diplomacia e outros movimentos sociais”.

Nesse sentido, a descolonização representa, na história da nossa modernidade, um grande momento de separação bifurcação das linguagens. De agora em diante, não há um orador nem mediador únicos. Não há um mestre sem contramestre (MBEMBE, 2013, p. 21).

Já caminhando para tecer nossas considerações finais, é preciso enfatizar que, no Brasil, a cultura da Branquitude, tal como sublinhamos na primeira Seção desta Dissertação, é uma cultura delineada por privilégios históricos. No sentido de que, para se perpetuar como superior às demais culturas, sobretudo, à cultura da Negritude tal como defendemos aqui, a Branquitude acessou vias de dominação e escravização humana, silenciamento, atrocidades e opressões.

Diante disso, apesar de todos os caminhos e descaminhos coloniais, as vozes da Negritude surgem, inquietantes, revolucionárias, auto afirmativas, críticas e reflexivas, como foi nossa intenção abordar na segunda e na terceira Seção deste trabalho. Essas vozes, tidas como marginais por um sistema que não reconhece a autonomia e intelectualidade do negro, ecoam, ganham cada vez mais espaços e conquistam postos e posições historicamente negadas, como é o caso, por exemplo da posição de Senador que conquistou Abdias do Nascimento (1998; 1997; 1981) com o qual dialogamos em uma parte considerável da primeira Seção.

Ao conquistar cada vez mais espaços e ocupar lugares historicamente negados a partir do racismo estrutural e estruturante da nossa sociedade, as vozes negras se posicionam em confronto com a injustiça e em defesa da equidade e justiça social.

Assim, reiteramos que é preciso refletir sobre os desafios que estão colocados para que as famílias negras brasileiras possam ter garantidos, de fato, o acesso, e não só o acesso, mas também a permanência até a conclusão dos cursos nas escolas e universidades.

### **5.4 Cultura e Negritude**

O movimento da Negritude brasileira busca mostrar que os negros têm grande contribuições na história do Brasil, que foram fundamentais não só com sua mão de obra, mas também com sua sabedoria, eram ferreiros, torneiros e dentre outras profissões que necessitava

de técnica. Atualmente, a luta continua a falta de respeito e o não reconhecimento jamais deverá persiste, a luta continua bravamente.

Nascimento (2006) esclarece que a cultura negra é riquíssima, mas muitos deixam de falar dos ancestrais que viviam no Egito, na qual, destacavam-se faraós negros, os quais eram poderosos guerreiros que lutaram contra dominação assíria. Todavia, o que se percebe é que as pessoas focam apenas na história da escravidão, a fim de desvalorizar toda raça, um povo, uma história. Almeida destaca a importância da representatividade:

Não há dúvidas de que a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação, e há excelentes motivos para defendê-la. Quem pode duvidar da importância para a luta antidiscriminatória existir uma mulher negra em posições na academia, nos meios de comunicação e no judiciário geralmente associadas a homens brancos. (ALMEIDA, 2019, p.68)

De acordo com Fonseca e Barros, (2016), “é preciso superar o que é ideologicamente repassado desde a escolarização, pois a história desvaloriza o negro, sempre sendo inferiorizado. Sendo assim, não há como ser aceito sem antes se aceitar”.

Todos os problemas sociais que retratam a profunda instabilidade em que se encontra a nação, seja pela corrupção entranhada em todos os níveis do poder, ou as injustiças sociais e o racismo étnico podem ser amenizados a partir de uma educação intercultural desde a base. Pensar em uma educação intercultural implica abrir espaço para reconhecer as mais variadas culturas que coexistem em nossa sociedade, trabalhando o respeito às diferenças, a identidade étnica e a consequente redução das disparidades econômico-sociais. Podemos dizer que a educação intercultural deve ser adotada para atingir os objetivos a que se propõe, quais sejam se bastar na tolerância e aceitação da alteridade, indo além da convivência pacífica, buscando o reconhecimento e valorização da importância e riqueza cultural do outro.

Os movimentos de resistência da Negritude buscam fortalecer a identidade cultural do povo negro, uma vez que se faz necessário fomentar a consciência de se preservar o patrimônio cultural dos negros, sensibilizar todas as raças para que reconheçam e respeitem a história desse povo, não apenas como um povo que foi escravizado, mas como um povo que contribuiu e contribui com o desenvolvimento desse país e do mundo.

A Negritude propõe que seja evidenciada toda cultura negra, e nisso engloba como refere nascimento (2016), a religiosidade, a música, as danças, as comidas típicas, sendo que assim, o povo negro tenha sua identidade reconhecida, de uma forma que as crianças negras tenham orgulho da sua cor, das suas raízes.

De acordo com Fonseca e Barros (2016), é preciso à sociedade superar o que é ideologicamente repassado desde a escolarização, pois a história desvaloriza o negro, sempre sendo inferiorizado. Sendo assim, não há como ser aceito sem antes se aceitar, logo, a população brasileira, afro e negra precisa primeiramente se aceitar com direitos iguais.

Como afirma Nascimento (2006), os negros, dentro das suas possibilidades, foram verdadeiros artistas, pois, diante da opressão criaram formas de continuar fiéis a sua religiosidade, utilizando os santos da Igreja católica para representar seus orixás (sincretismo religioso).

Mesmo tendo resistido tanto no passado, atualmente ainda sofrem perseguições, sendo que muitas pessoas associam negros a “macumba”, em vez de usar a verdadeira denominação candomblé. É comum ouvir religiosos alegarem, sem base alguma que, as pessoas negras sofrem por sua fé como forma de castigo. Constata-se assim, o racismo no julgar os negros como culpados da opressão que sofrem. Sendo evidente que todo sofrimento do povo negro é baseado em racismo, na ignorância de quem acredita que a cor pode ser um determinante de superioridade.

Nascimento (2006) esclarece que a cultura negra é riquíssima, mas muitos deixam de falar dos ancestrais que viviam no Egito, na qual, destacavam-se faraós negros, os quais eram poderosos guerreiros que lutaram contra dominação assíria. Todavia, o que se percebe é que as pessoas focam apenas na história da escravidão, a fim de desvalorizar toda raça, um povo, uma história.

O movimento da Negritude brasileira busca mostrar que os negros têm grande contribuições na história do Brasil, que foram fundamentais não só com sua mão de obra, mas também com sua sabedoria, eram ferreiros, torneiros e dentre outras profissões que necessitava de técnica. Atualmente, a luta pelo reconhecimento e respeito a identidade cultural negra continua, e ela persiste bravamente.

Porém, ainda há dificuldades de sensibilizar até pessoas negras do valor da sua raça, sendo que muitas pessoas negras se envergonham dos seus traços, das características que os identifiquem como negros, pois é muito difícil ainda hoje em dia, para o negro conseguir boas posições no mercado de trabalho, ter seus traços valorizados, pois como afirma Cunha (2020), a imagem do negro ainda é associada a pobreza, trabalhos domésticos, pesados e a criminalidade.

Face ao exposto, entende-se que a resistência precisa continuar, pois os negros, apenas pelo fato de ser negro, tem dificuldade de acesso à saúde, possuem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, bem como, dificuldades de acesso à educação. Muitos ganharam destaque e se popularizaram no esporte, de uma forma positiva. Outros, nas artes cênicas e música. Porém, bem recentemente que se tem aberto espaço aos escritores (as) negros.

A voz da mulher negra chega em letras carregadas de lágrimas e sofrimento, pois dentre o povo negro, o gênero feminino ainda descreve ter sofrido violências muito maiores que o gênero masculino, como afirma em seus relatos uma escritora que vem se destacando na literatura, Conceição Evaristo (EVARISTO, 2013, por exemplo).

Não se pode simplesmente deixar que todo o sofrimento do povo negro seja em vão, toda a luta pela resistência de manter sua fé, seus costumes, sua dignidade seja agora apagada, e os negros venham buscar “embranquecer”, pois como afirma Nascimento, (1997), muitos tentaram no decorrer da história, cruzar as raças, enfraquecendo a cultura negra, se desfazendo dos mesmos, a ponto de os próprios negros se renegarem.

Nessa perspectiva de resistência, o clamor do povo negro ecoa por dentro o poder legislativo e agora a sociedade precisa compreender que racismo é crime, que cotas são direito dos jovens brasileiros afro e negros, com o intuito de ressarcir esse povo de muitos anos sem acesso à escola. Deve-se tolerância religiosa, e exige-se em diversas mídias o respeito aos rituais do candomblé e toda sua cultura, esclarecendo aos que desconhecem essa religião e a veem como satanista. A Negritude orgulhosa de seu povo, vem se difundindo e o valor do povo negro vem refletindo em todos os cantos do mundo de maneira que se espera alcançar a verdadeira igualdade em todos os setores da sociedade.

### **5.5 Imposições socioculturais**

As imposições socioculturais ainda existentes são decorrentes da “aculturação forçada pelo imperialismo colonial”, forçando um sentimento de rejeição a sua negritude, por ter um peso negativo, ao comparar as características dos brancos europeus (PAULA, 2018). A verdade é que a cultura negra sofre preconceito, desde a religião afro-brasileira, a culinária negra, pois há discriminação não somente contra a cor da pele, vai além, essa discriminação perpetua desde a colonização contra a cultura e todo o legado do negro no Brasil. As igrejas pentecostais e muitas outras pessoas demonizando o candomblé e a umbanda. O ataque aos cultos afro-

brasileiros, é apenas a ponta em um programa de culinária brasileira, muito famoso, a apresentadora e o jornalista que comentava, zombaram em rede nacional, desejando boa sorte ao provar a comida, feita com ingredientes nacionais, porém, sendo ela africana feita por um chef africano, que ficou muito triste com a situação, afirmando que as pessoas não morrem com esta comida em seu país. Mas devido aos ensinamentos da cultura branca, constantemente é ligado a ações do mal. Nesse sentido, Munanga afirma:

Alguns estudiosos tentaram denunciar a folclorização e a domesticação da cultura e das religiões afro-brasileiras por parte da ideologia dominante no Brasil...a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais: não apenas oculta uma situação de dominação racial, mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la. Para que ocorra a diminuição dessa imposição da religião e/ou cultura “certa”, se faz necessário a representatividade dentro do ensino, quer seja na base educacional, quer seja nas universidades. (MUNANGA, 1990, p. 115.)

Enfim, conforme Ponciano (2013), não se pode mais impor a nossa negar a importância da cultura negra para os brasileiros, pois, como afirma Carneiro (2020), as dimensões das influências africanas constituem a formação do próprio ser brasileiro. Um exemplo da contribuição da cultura negra para os brasileiros que pouco se fala na escola são, os saberes técnicos tais quais, a metalurgia e marcenaria, ourivesaria, plantação, colheita e construção de máquinas de engenhos foram conhecimentos transmitidos pela oralidade de africanos para seus descendentes, o que construiu um legado fundamental para compreender a história do desenvolvimento tecnológico do Brasil, de forma a evidenciar a importância da contribuição do povo africano (CARNEIRO, 2020). Percebe-se que a luta contra o racismo vai bem além do que podemos imaginar, a luta não deve ser apenas para obtenção de espaço na sociedade enquanto profissional, mas também, pela isonomia do pluriculturalismo, ainda mais no Brasil, país tão influenciado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi explanado, verificamos que há muito tempo os negros são prejudicados pela intolerância e ignorância humana. Sendo este um erro que precisa ser exposto, comentado, debatido, a fim de que suas consequências sejam amenizadas. Também é notório a enorme e batalha com toda essa resistência da população perante dos absurdos da colonização, na qual a escravidão deixou marcas profundas que assombram até a atualidade.

Tanto sofrimento, a humanidade ainda engatinha para chegar às mudanças necessárias, no sentido de conscientização, sensibilização à causa, de apoio e empatia contra a desvalorização dos negros. Chega a ser inconcebível que a humanidade, depois de anos de atrocidades perpetradas contra esta parcela da população, não tenha consciência da crueldade motivada apenas pela crença de que existe uma hierarquia entre as raças, na qual a raça negra é inferiorizada.

Muitos escravizados, exaustos da opressão e do sofrimento, se rebelaram, fugiram e alguns morreram sem aceitar a condição que lhes foi imputada. O Quilombo dos Palmares até hoje emerge nas favelas, nas periferias nas quais os negros ainda resistem e lutam pela verdadeira absolvição.

Apesar de serem absolvidos, os negros ainda lutam contra a exclusão social, produzida por essas crenças de que pertencem a uma etnia inferior. Conforme pontuamos ao longo desta Dissertação, muitos intelectuais defenderam veemente os negros, podendo expressar com suas vozes e escritas movidos pela dor dos negros, decorrente da crueldade dos senhores contra os negros, que incorriam em chicotadas, fome e outras barbaridades, tais quais citamos, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Aluísio Azevedo, Gilberto Freyre e muitos outros importantíssimos dentro desse círculo de debates.

Os autores citados acima colocaram os escravos e a causa da abolição como ponto principal de suas obras, levando pelo tempo e pelo espaço a voz dos escravos, ao conhecimento da humanidade o que foi cometido contra esse povo tão sofrido. Suas poesias denunciaram os horrores da escravidão para se manter o sistema econômico do qual se serviam as elites brasileiras. A abolição foi necessária, a valentia deste povo é inegável.

Numa perspectiva panorâmica da história, esses escritores e poetas que defenderam e ainda defendem *o abolicionismo*, podem ser considerados ativistas da Negritude no Brasil abolicionista. Na atualidade, a resistência continua e, com a globalização, os movimentos pelo

fim do preconceito e de toda discriminação que é cometida contra os negros e os afrodescendentes vem se desenvolvendo e ganhando cada vez mais adeptos.

Conforme pontuamos na terceira Seção desta Dissertação, as obras escolhidas para dialogar sobre o negro no Brasil que se pretendia abolicionista, partiram de representações do negro por homens, em sua maioria, brancos e inscritos em um contexto social bem diferente das autoras com as quais dialogamos já na terceira Seção, a saber, Carolina de Jesus e Conceição Evaristo. A saber, mulheres negras escritoras, representando mulheres negras contextualizadas na sociedade brasileira contemporânea.

Ressaltamos ainda que os negros, em particular, a mulher negra, só conquista um espaço nos debates intelectuais muito recentemente, tendo em vista todas as questões estruturais e estruturantes do racismo que tem se perpetuado na sociedade brasileira, delimitando e cerceando essa voz que não quer e nem vai calar.

Perante todo o explanado os negros se afirmaram em identidade de luta e resistência, dando existência a “Negritude”, e por meio dessa organização vem se inclinando a ressignificar a palavra negro. A Negritude visa o abandono do aspecto impregnado de negatividade ao negro no Brasil e no mundo. A resistência é necessária quando se percebe a valorizações de Branquitudes (privilegiados) e negações de Negritudes (desprivilegiados), denotando uma sociedade racista.

Com o aumento da consciência negra, cada vez mais pessoas vem se autodeclarando negras no país, e pessoas negras vem alcançando cargos antes nunca sonhados por esse povo.

Por conseguinte, insurgem as mulheres negras no universo das ideias intelectuais, trazendo questões de etnia e de gênero. Sabe-se o quão é desafiador para um negro se sobressair dentre os brancos, pois viu-se que mais árduo ainda é para uma mulher negra que sofre não penas por ser negra, mas por ser mulher. E vem se destacando atualmente na escrita, na educação e na poesia, uma negra que se apresenta como Conceição Evaristo, que não se despe da sua condição de negra para escrever ou para viver e traz dessa sua forma de expressar novos termos, como “escrevivência”.

Pode-se constatar que a sua escrevivência dá espaço e vida para outras mulheres negras se mostrarem, com suas histórias de vida, com suas expectativas e sonhos, com suas decepções. Ela sabiamente, questiona a sociedade, sobre quando vão deixar de agir julgando a competência das pessoas pela cor ou pelo gênero. Os autores ao lecionar evidenciam e repassam a mensagem de esperança, ao esclarecer que, todos devem agir politicamente dentro das famílias, mostrando

o racismo no contexto mundial e suas causas dentro da história, para que todos reconheçam sua responsabilidade social em reverter esse processo de discriminação que foi criado e que perpetua, pois os negros ainda precisam se destacar, superando o desprivilegio que é condicionado para que seja reconhecido e respeitado no Brasil. Cabe à sociedade, no plano individual e coletivo lutar pelo fim do preconceito e da discriminação por raça e por gênero.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Clara. Com Lei de Cotas para ser revisada, parlamentares querem excluir negros. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/10/09/com-lei-de-cotas-para-ser-revisada-parlamentares-querem-excluir-negros.htm?cmpid>. Acesso em: 10.Dez.2021.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra de e FRAGA FILHO, Walter. *Uma História no Brasil*. Salvador, Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais, Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo, Sueli Carneiro / Pólen, 2019.
- ASSIS, Camila Vieira da Silva de. *Mulheres negras, opressões, feminismo negro e entretenimento*. 2018.
- AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. 2 ed. Clássicos Saraiva. São Paulo, Saraiva, 2009.
- BAHIA. Governo do Estado da. *Em live alusiva ao Dia do Professor a escritora Conceição Evaristo conta sua história de vida e o amor pelo magistério*. Institucional, 2020.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BATISTA, Waleska Miguel. *A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural*. Revista Direito e Práxis [online]. 2018, v. 9, n. 4 [Acessado 16 Dezembro 2021], pp. 2581-2589. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36867>>. Epub Oct-Dec 2018. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36867>.
- BASTOS, Maria Helena Camara. A educação dos escravos e libertos no Brasil. In *Cadernos de História da Educação*, v. 15, n. 2, maio-ago, 2016, pp. 743-768.
- BAO, Paula. *Minha negritude minha melhor escolha, a (re)construção discursiva das negritudes das mulheres no processo de transição capilar no Facebook*. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2018.
- BRASIL, República Federativa. *Estatuto da Igualdade Racial*. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, Senado Federal, 2010.
- BRYLOWSKI, Laura Rose. *Como a teoria da Branquitude influenciou pesquisadoras brancas entre 2012 e 2016*. Dissertação (Mestrado) – CEFET, Rio de Janeiro, 2018.
- CARNEIRO, Júlia Dias. *É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora*. BBC Brasil no Rio de Janeiro, 2018.
- CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. *Branquitude: Dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro, KI.
- CUNHA, Débora Alfaia. *Educação, Negritude e interculturalidade: Pesquisas e contribuições metodológicas*. 1. ed. Castanhal, DAC, 2020.
- COSTA, Cléria Botelho da. Justiça e abolicionismo na poesia de Castro Alves. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 33, n. 1, 2006.

DIOP, Anta Cheik, *Origem africana da civilização – mito ou realidade*, publicado em fevereiro de 2015.

DIAS, Tatiana. *Sistema de cotas raciais: inclusão em meio à controvérsia*. Nexo, 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>.

RODRIGUES, Ironides. Diário de um negro atuante (1974-1975). In *THOTH, escriba dos Deuses – Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes*. Brasília, v. 4, pp. 121-145, 1998. Disponível em: <http://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-4.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. *Cadernos negros*, v. 13, pp. 32-33, 2008.

\_\_\_\_\_. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro, Malê, 2016.

\_\_\_\_\_. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

\_\_\_\_\_. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. n° 1. Rio de Janeiro. In: Revista *Palmares*, 2005.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *Identidade Negra entre exclusão e liberdade*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 103-120, 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Aoronovich Pombo de Barcos (Orgs.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Niterói, EdUFF, 2016.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo, global, 2003.

GIROUX, Henry Soares. Redefinindo as fronteiras da raça e etnicidade: além da política do pluralismo. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, p. 133-172, 1999.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. *A descolonização da África e o luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal*. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estudo do IPEA traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil*. Portal IPEA, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35255](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255). Acesso em: 25 março de 2022.

JESUS, Carolina Maria de. *Onde estaes felicidade?* Dinha e Raffaella Fernandez (Orgs.) São Paulo, Me Parió Revolução, 2014;

- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix, 2020.
- LIMA, Hanna Karoline Macedo de. *A importância de trabalhar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em sala de aula*. 2016.
- LITERAFRO. Portal da literatura afro-brasileira. *Conceição Evaristo*, Dados bibliográficos, 2021. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> .
- MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. *Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo*. Serviço Social & Sociedade, p. 463-479, 2018.
- MENA, Fernanda; CAMAZANO, Priscila. *Combate a racismo exige reconhecimento de privilégios da branquitude*. Folha de S. Paulo, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2019.
- MBEMBE, Achille; NJAMI, Simon; DURÁN, Lucy. *Africa remix: Contemporary art of a continent*. Johannesburg, South Africa: Jacana Media, 2007.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da amizade*. Traduzido por Marta Lança. 1. ed. Lisboa, Editora Antígona, 2017.
- MONTEIRO, Fabiano Dias. *Discursos raciais e leis antirracismo no Brasil: retornando à questão da ambiguidade*. Campos-Revista de Antropologia, v. 12, n. 2, pp. 9-24, 2011.
- MUNANGA. Negritude afro-brasileira, perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, 33. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O racismo como arma ideológica de dominação*. Edição 34, 28-38. 1994.
- \_\_\_\_\_. “Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos.” In *Revista USP*, São Paulo, EdUSP, n. 68, pp. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- \_\_\_\_\_. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.” In: NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. 1 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Negritude usos e sentidos*. 3. ed. Coleção Cultura negra e identidades. São Paulo, Editora Autêntica, 2012.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011;
- NASCIMENTO, Abdias do. *Escriba dos Deuses. Pensamentos dos Povos africanos e afrodescendentes*. n. 5. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Escriba dos Deuses. Pensamentos dos Povos africanos e afrodescendentes*. n. 3. Brasília, Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997.

\_\_\_\_\_. *Sitiado em Lagos: Autodefesa de um negro açoitado pelo racismo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira (Org.). *Formação cultural: Sentidos epistemológicos e políticos*. Cruz das Almas, EDUFRB; Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Os Orixás do Abdias*. Pintura e Poesia de Abdias Nascimento. Brasília, IPEAFRO e Fundação Cultural Palmares, 2006.

NUNES, Sylvia da Silveira. *Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita*. Psicologia USP [online]. 2006, v. 17, n. 1 [Acessado 16 Dezembro 2021], pp. 89-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>>. Epub 28 Set 2010. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>.

PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886): ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. *HIB: revista de historia iberoamericana*, v. 3, n. 1, pp. 50-68, 2010.

PIMENTA, Felipe. Resenha: Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre. Filosofia e Literatura, 2016. Disponível em: <https://felipepimenta.com/2016/01/19/resenha-casa-grande-senzala-de-gilberto-freyre/> Acessado em 23.mar.2021.

PONCIANO, Roberto. *O Preconceito contra a cultura negra no Brasil*. Revista do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://sisejufe.org.br/noticias/o-preconceito-contra-a-cultura-negra-no-brasil/> Acessado em 24 de abril de 2022.

PREDEBON, Gabriel Soares. *A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para a marcha (1954-1962)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande, 2019.

SANTOS, J A. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SANTOS, Keilla Vila Flor. *Mulheres negras no pós-abolição: uma análise da personagem Bertoleza, de O Cortiço de Aluísio Azevedo*. 2018.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos. *Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema de segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial*. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Ed.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Editora Companhia das Letras, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da Branquitude paulistana. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

SEIDI, Braima. *Afrocentricidade: novas narrativas sobre a história da África*. 2016;

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. *O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?* Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/KSvkm3DG3pPZYvpXxQc6PFh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10.dez.2021.

SESTREM, Gabriel. Lei de cotas em universidades será revista em 2022. Medida deve ser renovada? 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/lei-de-cotas-universidades-revisao-em-2022/>. Acesso em: 10.dez.2021.

SEVERIANO, Renata Lourdes Linhares. *Violência, trauma e empoderamento representados nas Insubmissas Lágrimas de Mulheres, obra ficcional de Conceição Evaristo*. 129f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018.

SILVA, Cláudia Caetano da. *O Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, nas Salas de 6º ao 9º Ano da Escola Coronel Vicente Ferreira do Vale*. 2014.

SILVA, Cristina Lima da. *O ensino de história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental*, Cajazeiras, 2018.

SILVA, Ricardo. Artigo: Sociologia Política e ideologia autoritária. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2002, pp. 103-128.

SOARES, Orson. *A bondade do branco: Olhar na Branquitude sobre a questão racial no filme, também somos irmãos*. (Dissertação de Mestrado, UFRGS) Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

SOBRINHO, Simone Teodoro. *A violência de gênero como experiência trágica na contemporaneidade: estudo de “Insubmissas lágrimas de mulheres”, de Conceição Evaristo*. 2015.

SOVIK, Liv Rebecca. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009;

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; XAVIER, Delson Fernando Barcelos. *Santo Antônio do Guaporé: Direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental*. Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 351-371, 2018.

THOMAZ, D; VIEIRA, L. *A cor do defeito, uma análise sobre raça, gênero e corporeidade*. *Anais. Encontro de Estudos Sociais 2018*. Espirales, edição especial, 2019.

VASCONCELOS, Danielle Ferreira. *Ódio nas redes sociais e alguns traços de brasilidade: articulações teórico-culturais e psicanalíticas*. 2020.

XAVIER, Getúlio. *Morre aos 69 anos bell hooks, expoente do pensamento feminista negro*. *Carta Capital*, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/morre-aos-69-anos-bell-hooks-expoente-do-pensamento-feminista-negro/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.

WARE, Vron (Org.). *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.